



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARRISON ALAN DE SOUSA LEITE

**CONTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
MULTICASO EM INDÚSTRIAS DE SABÃO DA CIDADE DE SOUSA-
PB**

**SOUSA - PB
2008**

MARRISON ALAN DE SOUSA LEITE

**CONTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
MULTICASO EM INDÚSTRIAS DE SABÃO DA CIDADE DE SOUSA-
PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Professora Esp. Cristiane Queiroz Reis.

**SOUSA - PB
2008**

MARRISON ALAN DE SOUSA LEITE

**CONTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO MULTICASO EM
INDÚSTRIAS DE SABÃO DA CIDADE DE SOUSA – PB.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

Presidente: Cristiane Queiroz Reis – (orientadora)
Especialista – Universidade Federal de Campina Grande.

Membro: Victoria Puntriano Zúñiga.
MSc. – Universidade Federal de Campina Grande.

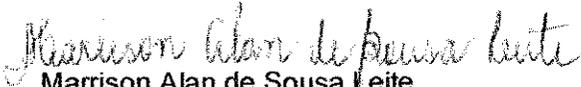
Professor: Descartes Almeida Fontes.
Especialista – Universidade Federal de Campina Grande.

Sousa– PB
2008

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: "**Contabilidade e Gestão Ambiental: Um estudo multicaso em indústrias de sabão da cidade de Sousa - PB**", estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 24 de Julho de 2008.


Marrison Alan de Sousa Leite

Dedico aos meus pais Dimas de S. V. Neto e Maria Eneide L. Videres, que com muito empenho tem sempre me incentivado para a concretização deste sonho, apoiando, incentivando e acima de tudo estando sempre presente.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de tudo e de todos, o Senhor nosso Deus, pelo dom da vida, e pela certeza de que nunca estive sozinho, por me conceder sabedoria para a realização deste trabalho, pela sua infinita bondade e misericórdia. Por que Dele e por Ele , para Ele são todas as coisas, a Ele a glória!

Aos meus pais e irmãos, sempre acreditaram no meu potencial, me compreenderam, por maiores que fossem minhas limitações, estiveram sempre comigo, ajudando-me na construção da minha personalidade e caráter, priorizando a educação, sem medir esforços. A eles toda gratidão. Esse mérito também é de vocês.

À minha avó Olivia, por me ensinar e demonstrar realmente o que é sentir o sabor de viver e acima de tudo vencer em meio a tantas batalhas. “Vó” esse sabor de conquista que hoje sinto, é em decorrência da sua luta e vitória pela sobrevivência. Esta vitória com sabor de vida também é sua.

À minha orientadora, Cristiane Queiroz Reis, que com muita compreensão, dedicação e paciência me conduziu ao êxito deste trabalho.

A todos os professores , que ajudaram na formação da minha conduta pessoal, incentivando, tornando-nos verdadeiros profissionais. Vocês foram mais que professores, tornaram-se amigos de verdade.

Aos meus colegas de sala, que sempre caminharam junto para a realização deste sonho. A vocês desejo toda sorte de bênçãos...

Em especial, aos amigos de sala, Dorinha, Érika e Tácio, que sempre estiveram ao meu lado, nos momentos em que ter amigos era a certeza de não estar sozinho. Poder dividir este momento com vocês é ter a convicção do nosso sucesso!!! Obrigado.

Aos amigos que faleceram, e hoje não têm mais a oportunidade de estar presente, compartilhando comigo esse momento, mas saibam: vocês são inesquecíveis.

À minha irmã mais que amiga Viviane, que estendeu a sua mão e seu ombro amigo em todos os momentos, compartilhando as confidências, as alegrias e também

os momentos mais difíceis. Você sabe do amor que tenho por você. Meu muito obrigado por tudo.

À minha namorada Geórgia, a quem compartilhei também os medos, angústias e alegrias na elaboração deste trabalho. A você o meu obrigado pela compreensão e incentivo nesta caminhada.

A todos aqueles que de modo direto ou indireto, ajudaram-me a conquistar este objetivo, seja com um ato qualquer ou com uma palavra de incentivo. Vocês também fazem parte desta conquista.

Por fim, aos amigos, colegas de trabalho, familiares, que sempre apoiaram incentivando-me e orando por mim a Deus. Também a todos aqueles que não conseguem entender a minha vitória, dedico a vocês as congratulações desse mérito.

"A terra não é nossa para fazermos dela o que bem entendermos. A devastação da natureza é um pecado contra o Criador e suas criaturas. Nós, seres humanos, podemos apenas fazer uso da terra mas não podemos danificá-la, pois somos apenas inquilinos e Deus é o proprietário".

Autor desconhecido.

RESUMO

Este estudo consistiu em verificar a existência e o grau de desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB. Em um nível mais detalhado, delineou as evidências do uso da Contabilidade Ambiental, averiguou os projetos ambientais desenvolvidos e sua aplicabilidade nessas empresas. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática exposta. O estudo multicase compreendeu duas empresas da cidade de Sousa, estado da Paraíba. Os dados foram coletados através de entrevistas e aplicação de um questionário junto ao funcionário da empresa pesquisada. Os resultados do estudo apontaram que as empresas pesquisadas possuem ações ambientais significativas para preservação, controle e redução de impactos que possam ser causados ao meio ambiente, embora não aplicarem a Contabilidade Ambiental como tal em sua gestão.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Ações ambientais. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

This study it consisted of verifying the existence and the degree of development of the applicability of ambient actions in the two bigger soap industries of the city of Sousa/PB. In a detailed level more, it delineated the evidences of the use of the Ambient Accounting; e inquired the developed ambient projects developed and its applicability in these enterprises. Initially a displayed bibliographical survey on the thematic one was made. The study multicases it understood two enterprises of the city of Sousa, state of the Paraíba. Os given had been collected through interviews and application of a questionnaire next to the employee of the searched enterprises. The results of the study had pointed that the searched enterprises possess significant ambient actions for preservation, control and reduction of impacts that can be caused to the environment, even so not to apply the Ambient Accounting as such in its management.

Key - Words: Ambient accounting; Ambient actions; Ambient management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mineração e Garimpo na região de Carajás (Pará).....	33
Figura 2 – Perda de solo e erosão genética no meio rural.....	33
Figura 3 – Poluição Atmosférica.....	34
Figura 4 – Poluição Aquática.....	34
Figura 5 – Queimadas.....	34
Figura 6 – Filtros Manga.....	81
Figura 7 – Tanque de Decantação.....	81
Figura 8 – Tanque de Decantação.....	82
Figura 9 – Catembas de Coco.....	82
Figura 10 – Máquina Estruzora.....	83
Figura 11 – Máquina Estruzora.....	83
Figura 12 – Tanques de separação dos compostos do sabão.....	84
Figura 13 – Lenha.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Custos Ambientais totais da empresa.....	42
Quadro 2 – Visão Geral da Gestão Ambiental.....	47
Quadro 3 – Princípios Gerais de auditoria ambiental apresentados pela NBR ISO 14010.....	52
Quadro 4 – Objetivos, funções e responsabilidades da auditoria do SGA.....	53
Quadro 5 – Critérios de qualificação de auditores ambientais de acordo com a NBR ISO 14012.....	54
Quadro 6 – Composição Societária, ramo de atividades e produtos.....	60
Quadro 7 – Número de Empregados, faturamento e mercado de atuação.....	61

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIA – Avaliação do Impacto Ambiental
AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância Sanitária
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CF - Constituição Federal
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPA – Environmental Protection Agency
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
PF – Polícia Federal
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente.
TRI – Toxic Release Inventory
UNEP - United Nations Environment Programme

LISTA DE SÍMBOLOS

% Percentual ou percentagem

\$ Cifrão

§ Parágrafo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Tema e problema.....	18
1.2 Justificativa do estudo.....	20
1.3 Objetivos.....	21
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	22
1.4.1 Natureza da Pesquisa.....	22
1.4.2 Classificação da Pesquisa.....	22
1.4.2.1 Quanto aos fins.....	22
1.4.2.2 Quanto aos meios.....	23
1.4.3 Área de atuação da pesquisa.....	23
1.4.4 Coleta de Dados.....	23
1.4.5 Análise dos Dados.....	24
1.5 Organização do trabalho.....	24
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1 Contabilidade.....	26
2.1.1 Conceitos.....	26
2.1.2 Origem e Evolução.....	27
2.1.3 Contabilidade no Brasil.....	30
2.2 Origens das Causas Ambientais.....	31
2.3 A Contabilidade e o Meio Ambiente.....	35
2.3.1 Ativos ambientais.....	37
2.3.1.1 Godwill.....	39
2.3.2 Passivos Ambientais.....	40
2.3.3 Custos e despesas ambientais.....	42
2.4 Enfoques da Gestão Empresarial.....	44
2.4.1 Legislação Ambiental.....	44
2.4.2 Sistema de Gestão Ambiental.....	46
2.4.3 Auditoria Ambiental.....	49
2.5 Evidenciação Ambiental e Relatórios de Gestão Ambiental.....	55
3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	58
3.1 Perfil das Empresas Objeto de Estudo.....	58
3.1.1 Histórico das empresas pesquisadas.....	58
3.1.2 Dados das empresas pesquisadas.....	60
3.2 Evidências que evidenciam o uso da Contabilidade Ambiental.....	61
3.3 Projetos Ambientais desenvolvidos.....	64

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
5 RECOMENDAÇÕES.....	69
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE	76
ANEXO.....	80

1 INTRODUÇÃO

A consciência quanto ao meio ambiente e aos problemas que nele ocorrem, atualmente, tem sido objeto de discussão em todo mundo, por parte dos vários segmentos da sociedade, sejam eles governamentais, empresariais ou sociais, fazendo com que as empresas sintam-se pressionadas pela sociedade, por não respeitarem o meio ambiente. Assim, as empresas estão adotando políticas de preservação, controle e recuperação do meio ambiente, a fim de garantir a sua longevidade.

Essas empresas estão cada vez mais preocupadas na melhoria da qualidade de vida, e por conseqüência, vêm desempenhando um trabalho no intuito de corrigir os danos outrora já causados. A questão ambiental não deve ser vista apenas sob a ótica de poluir ou não poluir, mas também no que concerne ao meio econômico e social. As pessoas devem conscientizar-se de que é possível melhorar a condição de vida de cada indivíduo, produzir lucros, sem comprometer o acesso das gerações futuras aos recursos naturais.

A preservação em si envolve outros desafios a serem quebrados. Um produto que é produzido sob custos extremamente altos, sem interferência no meio ambiente, pode torná-los caro, e conseqüentemente, inacessível às condições econômicas do consumidor final, tornando-o não competitivo. E isso pode acarretar uma cadeia de problemas para a empresa que o detém, como desemprego de várias pessoas, podendo a empresa chegar até a falência por falta de competitividade no mercado.

Uma saída para que houvesse a redução de grandes impactos ambientais, foram às restrições legais. Através dessas medidas, evitaram-se outros grandes impactos, como uma maior destruição da camada de ozônio, emissão de gases poluentes na atmosfera, crescimento do lixo urbano desordenado, e tantas outras.

A questão ambiental vem sendo encarada como um dos grandes desafios que o mundo dos negócios enfrenta, pois trata da exploração do ambiente natural pelo homem, em conflito com o progresso econômico e o equilíbrio do planeta. As pessoas costumam ver a necessidade de sobrevivência do planeta como sendo de médio e longo prazo, entretanto, a sobrevivência das empresas, do ponto de vista do empresário, dos detentores do capital, como sendo em curto prazo e lhe é de mais interesse.

É perceptível, e de grande relevância, observar que tudo que ocorre no meio ambiente interferem no resultado econômico das empresas, entretanto ainda é prematuro como exatamente quantificar esses efeitos, pois os instrumentos existentes, ainda são insuficientes para permitir uma tomada de decisão consistente.

Conforme Iudicibus (2000), a Contabilidade é concebida como um sistema de informações formal e estruturado. A fim de atingir esses fins, ela necessita de um corpo de conceitos e de uma metodologia que possam representar os eventos econômicos ocorridos nas empresas. A questão ambiental vem tendo uma elevada relevância, pois os eventos que ocorrem recebem interferências de variáveis, que até algum tempo não mereciam destaque. Portanto, faz-se necessário observar até que ponto a Contabilidade está preparada para atuar nesse mundo atualmente imposto às empresas e à sociedade em geral.

A Contabilidade como ciência, apresenta condições, através de registro e controle, de contribuir de forma positiva na proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de empresas que utilizam a exploração do meio ambiente, não podendo ficara mercê dos problemas ecológicos, buscando meios para resolvê-los ou amenizá-los.

As mais variáveis reformulações, só serão possíveis se houver primeiramente uma mudança de consciência social e política. Embora que investimentos em ações ecologicamente corretas não tragam soluções para graves problemas, as sociais, estas ações geram positividade para a sociedade, pelo menos na não continuidade de ações destrutivas ao meio ambiente.

De acordo com Souza (1993 apud KRAEMER, 2002), as estratégias de marketing ecológico, adotadas pela maioria das empresas, visam à melhoria de imagem tanto da empresa quanto de seus produtos, através da criação de novos produtos verdes e de ações voltadas pela proteção ambiental. Desse modo, o gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico que a alta administração das organizações deve analisar. Nesse contexto, a Contabilidade, responsável pela comunicação entre a empresa e a sociedade, deve evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados pela empresa no processo de proteção do meio ambiente.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Andrade e Carvalho (2000), ressaltam que a preservação do meio ambiente, revelou-se como um dos fatores mais importantes da década de 90. Assim, as empresas começaram a perceber que se fazia necessário alcançar a sustentabilidade, a fim de obter maior lucratividade nos seus negócios.

As grandes empresas passaram a perceber o cuidado com o meio ambiente, não apenas como protecionismo, mas como sendo uma função administrativa. Assim, a Contabilidade como principal sistema de informação formal das empresas não poderia desconhecer tal realidade, sendo impelida a abordar estas questões com maior amplitude no qual atualmente é considerada como uma de suas ramificações, a Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade, nos últimos anos do século que terminou, foi diretamente atingida por modificações de base. O consagrado objeto desta ciência, ou seja, a riqueza das células sociais passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa. Rompeu-se a barreira do ambiente interno das empresas e instituições e passou-se a buscar conexões com fatos de maior amplitude. Tal rompimento, todavia, exigiu mudanças de métodos científicos e de óticas de observação para que pudesse, inclusive, utilizar racionalmente os progressos e atender com maior adequação às novas necessidades das empresas e instituições. (SÁ, 2002, p.48)

A partir deste contexto, podemos definir Contabilidade Ambiental, como o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações, expressos monetariamente.

Cada vez mais, a sociedade exige a informação. As questões ambientais estão presentes em vários meios de comunicação, que as propagam em todo mundo e a contabilidade não pode ficar inerte a esta realidade.

O mercado, a cada dia, está mais competitivo, impondo as empresas uma maior preocupação com o controle dos impactos que elas causam. Os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) vem sendo grande aliado às empresas que buscam esse controle.

A Gestão Ambiental inclui uma série de atividades que devem ser administradas: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programas de prevenção à poluição, gerir

instrumentos de correção de danos causados ao meio ambiente, além de monitorar o programa ambiental da empresa.

No que concerne à Gestão Ambiental, Kraemer (2002) diz que:

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Entretanto, a Contabilidade Ambiental, é um ramo da Ciência Contábil bastante novo, ainda têm-se inúmeras dúvidas, principalmente em quais necessidades ela pode atingir como sendo importante ferramenta de informação e como divulgar tais informações relativas ao meio ambiente, bem como seus impactos.

Os resíduos industriais, produzidos em vários estágios, em termos tanto de composição como de volume, variam em função das práticas de consumo e métodos de produção. As principais preocupações estão voltadas para o que podem acarretar para a saúde humana e sobre o meio ambiente. A poluição industrial é particularmente preocupante, pois quando incorretamente gerenciada, torna-se uma grave ameaça ao meio ambiente, confinando o cuidado não apenas as indústrias de grande porte, mas também as de pequeno e médio ou apenas as indústrias que são inseridas em distritos industriais das grandes cidades, mas a todas que estão diretamente ligadas ao meio natural, sejam elas localizadas em qualquer parte do território brasileiro.

O resíduo industrial especificadamente da indústria de sabão, é um dos maiores responsáveis pela agressão fatal ao ambiente. Nele estão incluídos produtos químicos, metais e solventes químicos que ameaçam os ciclos naturais onde são despejados. O perigo está no solo, na água e no ar.

Assim, devido à extensa gama de assuntos que o tema envolve, particularmente às informações inerentes e de responsabilidade da Contabilidade Ambiental, faz - se necessário um estudo mais detalhado de como está o desenvolvimento da mesma nas empresas. O presente trabalho fundamenta-se na seguinte questão: Qual o grau de existência e desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB?

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A questão ambiental vem se tornando, cada vez mais, um assunto plausível entre as empresas, especialmente entre os executivos. A globalização dos negócios, a educação ambiental apresentada nas escolas, à conscientização da sociedade, permite prever a exigência futura que farão sobre a preservação do meio ambiente e a contabilidade não pode desconhecer esta realidade.

As empresas buscam a ligação entre resultados econômicos e estratégicos a fim de que possam atingir o conceito de excelência ambiental, trazendo consigo, vantagem competitiva. Os dez passos para a excelência ambiental, segundo Donaire (1999,p.50 apud KRAEMER, 2002, p.70), são os seguintes:

- 1- Desenvolva e publique uma política ambiental;
- 2- Estabeleça metas e continue a avaliar os ganhos;
- 3- Defina claramente as responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo (linha de assessoria);
- 4- Divulgue interna e externamente a política, os objetivos e metas e as responsabilidades;
- 5- Obtenha recursos adequados;
- 6- Eduque e treine seu pessoal e informe os consumidores e a comunidade;
- 7- Acompanhe a situação ambiental da empresa e faça auditorias e relatórios;
- 8- Acompanhe a evolução da discussão sobre a questão ambiental;
- 9- Contribua para os programas ambientais da comunidade e invista em pesquisa e desenvolvimento aplicado à área ambiental;
- 10- Ajude a conciliar os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresa, consumidores, comunidade, acionistas etc

O primeiro questionamento que vem à tona da questão ambiental do ponto de vista empresarial, é sobre o aspecto econômico. Têm-se a idéia de que qualquer operacionalização em relação à variável ambiental há acréscimo nas despesas e conseqüentemente acréscimo no valor do produto final.

Segundo Tinoco (2004) a introdução de práticas ambientais, pode trazer vantagens competitivas para o ambiente e para a organização, como: a redução de custos por meio de eficiência de processos, redução de consumos, minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de prêmios de seguros, multas etc.

No que concerne ao objetivo da Contabilidade Ambiental, Bergamini Junior (1999, p.3) diz que: "A Contabilidade Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que

impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”.

Muito tem discutido sobre como a Contabilidade deve abordar as contas ambientais em seus relatórios e algumas iniciativas têm sido divulgadas. Beets e Souther (1999), Bergamini Junior (2000), O’ Dwyer (2001), Nossa (2002) e Paiva (2003) defendem a necessidade de padronização dos relatórios divulgados pelas empresas. Argumentam também que somente dessa forma serão possíveis à comparação e a análise mais apuradas da performance de cada empresa ou setor, além de garantir a credibilidade nos relatórios.

Em termos práticos, foram analisadas duas indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB, levando em consideração a contribuição do aumento da poluição ambiental que as mesmas acarretam e seus subsídios para amenização e erradicação dos problemas causados. Espera-se que esta pesquisa ofereça reforço para que o contador atue de forma ativa, neste processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados. Como contribuição teórica, buscase relacionar o proposto na bibliografia pertinente às práticas de desenvolvimento da Contabilidade Ambiental, voltadas a ações ambientalmente corretas em empresas da cidade de Sousa/PB.

1.3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fachin (2002 apud BEUREN, 2006) expõe que os objetivos representam o fim que o trabalho monográfico se propõe atingir, que é dá uma resposta ao problema formulado. Em outras palavras, os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Normalmente, constituem-se em ações propostas para responder a questão que representa o problema.

Neste sentido, o objetivo geral do presente trabalho está em verificar a existência e o grau de desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB.

Objetivos Específicos:

Beuren (2006, p. 65) afirma que "os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido". Assim, têm-se como objetivos específicos:

- Identificar evidências da existência da Contabilidade Ambiental nas empresas;
- Constatar ações e projetos ambientais que são gerados a partir da conscientização da questão ambiental;
- Determinar as ações e sua aplicabilidade no ambiente interno e externo das empresas.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 Natureza da Pesquisa

A abordagem da pesquisa é qualitativa. Richardson (1999, p.80) menciona que: "Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais".

Assim, o estudo reconhece uma série de diversidade e complexidade nos fenômenos sociais a partir das percepções dos atores sociais.

1.4.2 Classificação da Pesquisa

1.4.2.1 Quanto aos fins

Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Segundo Gil (1999, p.34), estudos exploratórios "têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses". Assim, esta pesquisa é exploratória. Foi dividido em duas etapas: pesquisa em fontes secundárias e estudo de caso. A pesquisa em fontes secundárias ocorreu por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. E o estudo de caso compreendeu um universo de duas indústrias de sabão da cidade de Sousa – PB

É também descritiva, visto que Gil (1999) ressalta que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

1.4.2.2 Quanto aos meios

Esta pesquisa é bibliográfica, pois Oliveira (1999, p.119), explica que a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno. Gil(1999) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

É também concentrado na pesquisa um estudo de caso. Yin (2002, p.21 apud BEUREN 2006, p 84) observa que ele:

Permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Assim, foi feito um estudo multicaso em duas indústrias de sabão da cidade de Sousa, sob direcionamento de um questionário, seguido de entrevista, no qual foram respondidas as questões formuladas.

1.4.3 Área de atuação da pesquisa

Gil (1999) define população ou universo como o conjunto de elementos que possuem determinadas características. Assim, a área de atuação deste estudo compreendeu as duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB.

1.4.4 Coleta de dados

Os dados coletados para a pesquisa foram de dois tipos: de fontes primárias e de fontes secundárias. De acordo com Martins (1990, p.45), "os dados e informações coletados em publicações são denominados dados secundários e, portanto exigem a identificação precisa da

fonte". Martins (1990, p.48) destaca que "os dados primários são aqueles obtidos diretamente com o informante através de instrumentos (questionários ou entrevistas)".

Portanto os dados primários do referido estudo foram obtidos por meio de entrevistas, realizadas com o apoio de um questionário no período de quinze aos dezenove dias do mês de maio de 2008. Por sua vez, os dados secundários foram colhidos por meios de pesquisa em livros, revistas, periódicos, artigos, leis, além de documentos relacionados ao tema pesquisado.

1.4.5 Análise dos Dados

A análise dos dados utiliza-se técnicas de análise de conteúdo e documental. Os dados primários foram transcritos com base nas respostas do questionário que serviu de roteiro para a entrevista. As respostas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Bardin (1977, p.30 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 160) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção variáveis inferidas das mensagens.

Para os dados secundários foi utilizada a análise documental que conforme Richardson (1999), consiste em uma série de operações que visam estudar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados

Portanto, o estudo é do tipo exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, realizado por meio de um estudo multicaso.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Levando-se em consideração o problema a ser pesquisado e os objetivos traçados, o estudo foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se uma abordagem geral sobre o tema proposto do presente estudo, explicitando o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo contém a revisão bibliográfica para dar suporte ao estudo. Inicialmente faz uma referência ao conceito de contabilidade, sua origem e evolução, seguida

das origens das causas ambientais, contextualizando com a origem da Contabilidade Ambiental e o enfoque da gestão ambiental.

O terceiro capítulo apresenta a descrição e análise dos dados. Inicialmente é mostrado o perfil das empresas selecionadas, ou seja, a José Mendes Pires (Sabão Kiusa) e a Indústria de Sabão Haley Ltda. Em seguida as evidências do uso da Contabilidade Ambiental nas empresas questionadas, e suas ações e projetos ambientais desenvolvidos.

O quarto e último capítulo apresentam as conclusões do estudo decorrentes da análise dos dados coletados nas empresas questionadas, além das recomendações para futuros trabalhos que venham existir sobre o tema pesquisado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo contém a revisão bibliográfica que fundamenta este estudo. Contudo, os referenciais iniciam-se com uma visão geral da contabilidade sob aspectos conceituais, históricos e evolutivos; as origens das causas ambientais; a Contabilidade e o Meio Ambiente; a Contabilidade Ambiental; o enfoque da Gestão Empresarial e a Evidenciação Ambiental e relatórios de Gestão Ambiental.

2.1 CONTABILIDADE:

2.1.1 CONCEITOS

A Contabilidade conhecida como uma ciência social que exerce o registro das operações financeiras, econômicas e patrimoniais das instituições, sejam elas voltadas ou não para fins lucrativos. Para Marion (2005, p. 26), "a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa".

Já Paton (1990 apud Carvalho, 2003, p. 21) considera:

Contabilidade é o corpo de princípios e o mecanismo técnico por meio do qual os elementos econômicos de uma determinada organização são classificados, registrados e periodicamente apresentados e interpretados, com o escopo de prover ao seu efetivo controle e à sua eficiência.

Franco (2002, p.77) diz que:

A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica.

No meio empresarial, o uso da Contabilidade, busca promover aos usuários, as informações pertinentes aos aspectos econômicos, financeiros e suas mutações, compreendendo registros, demonstrações, análises, diagnósticos expressos em forma de relatórios, pareceres, tabelas, planilhas etc.

2.1.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO

Para que se possa compreender a contabilidade atualmente, faz –se necessário uma abordagem que vai de suas origens e sua respectiva evolução.

O fato de o homem não saber escrever a mais de 15 mil anos atrás, o fez utiliza-se de técnicas que o fizessem registrar o que praticava durante o dia, ou seja, o homem caçava ou apanhava algum fruto durante o dia e após fazia os registros pintados em paredes, de forma artística. Entendendo-se que nascia daí a necessidade de controle da entidade.

Segundo Sá (1997, p. 21),

O mais antigo documento dessa época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuer. Foi encontrado na gruta D' Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França: uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidade.

A Contabilidade iniciou-se por volta de 6.000 anos a.C., dando início na Suméria, Elão, Egito etc, a qual era registrada através de pinturas feitos em paredes de cavernas e tabuletas de argila, como levantamento físico feito dos bens. A época correta em que se iniciou a história da Contabilidade não dá para precisar, pois não a provas concretas para provar o seu surgimento. Por isso da divergência de alguns autores com relação ao início.

Uma das arcaicas de Ur contém um inventário de cabras; algumas tabuletas de Fara têm como objeto de escrita os cereais e alguns outros diversos elementos. Entre as quais se dedicam aos vários objetos encontrados há as que se referem a: animais de carga destinados também ao cultivo da terra, divisão de terras alugadas, contas de pagamentos, contas dos inventários dos animais, contas de entradas e saída de metais e utensílios, contas dos bens consumidos ou sacrificados etc. Tais tabuletas, a fim de evitar adulterações, já tinham o "selo de sigilo" do templo, alcançando-se desta forma, mais uma fase de evolução no controle e mais um progresso nas administrações. (SÁ, 1995, p. 237-238).

Há mais de 6.000 anos atrás o comércio já era de grande relevância, o controle da igreja sobre o Estado já era grande e poderoso, daí derivando fatos que precisaria de registro e conseqüentemente de uma escrita contábil.

Através do surgimento do papiro, no Egito, a contabilidade passou a ter registros em livros contábeis, dando um grande impulso no seu desenvolvimento. Na época, a contabilidade limitava-se apenas a seus registros e normas, entretanto já se buscava o seu desenvolvimento, pois já estava sendo ensinado nas escolas juntamente com cálculos matemáticos.

Segundo Zanluca (2000), podemos resumir a evolução da ciência contábil da seguinte forma:

CONTABILIDADE DO MUNDO ANTIGO - período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, da autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.

CONTABILIDADE DO MUNDO MEDIEVAL - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

CONTABILIDADE DO MUNDO MODERNO - período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche", da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

CONTABILIDADE DO MUNDO CIENTÍFICO - período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

No período antigo, a Contabilidade já era praticada sob aspectos quantitativos aplicados aos rebanhos e outros bens, posteriormente, o homem buscou meios mais eficazes de contá-los, utilizando-se de gravações e outros métodos auxiliares. A palavra "Conta" é designada justamente dessa época em que separavam os animais segundo sua natureza, o qual designa o agrupamento de itens de mesma espécie. Assim, evolui-se com a duplicação de documentos, os registros tornaram-se diários, agrupando-se vários períodos, o que lembra o diário, o balancete mensal e o balanço anual.

No período medieval os estudiosos buscavam maiores conhecimentos comerciais e financeiros, o mundo passava por uma fase de várias descobertas e invenções, o comércio exterior começava a progredir, surgindo a necessidade do livro-caixa que registrava os recebimentos e pagamentos em dinheiro, utilizando, mesmo de forma introdutória, a relação de débito e crédito, que representava os direitos e obrigações das pessoas. Assim, veio o advento do capitalismo, que surgia com todo vapor, diminuindo o trabalho escravo e aumentando o trabalho assalariado, gerando acúmulo de capital, fazendo com que pela primeira vez no século XIII aparecesse a conta "Capital", representando o valor dos recursos injectados nas companhias pela família proprietária. O Método das Partidas Dobradas originou-se na Itália, o que implicou no surgimento do livro de Contabilidade de Custos.

No período moderno, a contabilidade teve sua contribuição no sentido de contabilizar as inúmeras riquezas que o mundo novo apresentava.

No que concerne à técnica contábil, Zanluca (2000) diz que:

A introdução da técnica contábil nos negócios privados foi uma contribuição de comerciantes italianos do séc. XIII. Os empréstimos a empresas comerciais e os investimentos em dinheiro determinaram o desenvolvimento de escritas especiais que refletissem os interesses dos credores e investidores e, ao mesmo tempo, fossem úteis aos comerciantes, em suas relações com os consumidores e os empregados.

O início da fase moderna é marcado pelo surgimento da obra de Frei Luca Pacioli, o qual escreveu "Tractatus de Computis et Scripturis" (Contabilidade por Partidas Dobradas), publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. O livro orientava aos comerciantes como praticar a contabilidade, como fazer inventários, descrevia sobre livros mercantis etc. Embora seja conhecido como o pai da contabilidade, Pacioli não foi o criador do Método das Partidas Dobradas, o qual já existia na Itália. Sobre o Método das Partidas Dobradas, Frei Luca Pacioli explicou o seguinte, que:

"Per", mediante o qual se reconhece o devedor;

"A", pelo qual se reconhece o credor.

Explicou que primeiro deve vir o devedor e, por conseguinte o credor, prática que usamos até hoje.

No período científico, destacavam-se dois grandes autores consagrados da época: Francisco Villa, escritor milanês, contabilista público e Fábio Bêsta, escritor veneziano. Embora já tivesse sido inventada a calculadora, a ciência contábil ainda se confundia com a ciência da Administração, e o patrimônio era defendido como um direito, pelos segmentos jurídicos. Francisco Villa extrapolou os conceitos de contabilidade, mas foi Fábio Bêsta que, pela primeira vez em 1923, conceituou o patrimônio como objeto da contabilidade, o que chamou a atenção que a contabilidade é muito mais do que registro, mas, um instrumento básico de gestão.

Entretanto, após o declínio considerável das escolas européias, surgem às escolas norte – americana ou também chamada escola anglo-saxônica, não apenas devido as suas grandes influências econômicas, mas, sobretudo sob o aspecto sério dos órgãos. Todos os interessados

na contabilidade uniam esforços para o desenvolvimento da ciência, como: escolas, universidades, governos, associações de contadores e diversos outros órgãos.

Esta época científica apresenta-nos outra faceta de grande interesse na História da Contabilidade - a fase da História das Doutrinas Contábeis, em sua forma de aparecer, evoluir, derivar ou extinguir. Atualmente o progresso científico da Contabilidade é deveras extraordinário, continuando a sua história a possuir páginas brilhantes, escritas por valorosos mestres.(SÁ, 1995, p. 240).

2.1.3 CONTABILIDADE NO BRASIL

Da mesma forma como no mundo a contabilidade no Brasil surgiu como necessidade de registro e controle da evolução tecnológica. Tiveram algumas datas significativas:

- 1808 - Publicação de um alvará obrigando aos Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.
- 1850 - Código Comercial, onde instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual das demonstrações do Balanço Geral.
- 1856 – Criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, responsável pela formação profissional brasileira.
- 1880 – Publicação do Manual Mercantil de Veridiano de Carvalho, no qual consolidou o uso das partidas dobradas.

O Decreto nº 20.158/1931, organizou o ensino em comercial e regulamentou a profissão de Contador, mas somente em 1945, que a contabilidade foi inserida como carreira universitária, através da criação das faculdades de Ciências Contábeis.

Entretanto, no dia 27 de maio de 1946, que a profissão contábil adquiriu sua consolidação definitiva, através da assinatura do Decreto Lei nº 9.295 que até hoje é o documento legal que disciplina o exercício da profissão. Segundo o Decreto, os Contabilistas são profissionais habilitados como Contadores ou Técnicos de Contabilidade. Também criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade(CRC), estes, subordinados ao CFC.

Referente às atribuições profissionais, o art. 25 do Decreto Lei nº 9.295 define os trabalhos técnicos em contabilidade em:

Art. 25 São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade. (Serviços exclusivos do Bacharel em Ciências Contábeis).

No decorrer dos anos, foram aplicadas várias leis, resoluções e decretos que contribuíram de forma significativa para o fortalecimento da classe contábil no Brasil, como é o caso da Lei nº 6.206 de 1975, que regulamenta a identidade das carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores da profissão contábil e a resolução nº 853/99 que instituiu o Exame de Suficiência para obtenção do Registro Profissional em CRC, que comprova a obtenção de conhecimentos médios referentes ao curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de técnico em contabilidade.

Atualmente, seguimos as tendências Norte-Americanas, voltadas a iniciações científicas, desenvolvidas no meio de um mundo globalizado que necessita de informações úteis e em tempo real.

A Legislação Comercial, que até a antiga Lei da Sociedade por Ações, era de inspiração européia (com traços marcantes brasileiros na classificação dos balanços das S.A.), passa a adotar uma filosofia nitidamente norte-americana. (IUDÍCIBUS, 2003, p. 35)

2.2 ORIGENS DAS CAUSAS AMBIENTAIS

Desde os primórdios antepassados do homem, ele vem destruindo a natureza. Inicialmente sua ação restringia-se apenas a interferência em algumas cadeias alimentares, em caçar alguns animais e colher alguns vegetais para o seu consumo.

Com o passar do tempo, há aproximadamente 10.000 a.C. com a revolução agrícola, o impacto sobre a natureza começou a aumentar gradativamente, devido à derrubada das florestas para prática da agricultura e pecuária e também para o consumo da lenha. Daí então

já se fazia notório alguns impactos causados pelo homem como: a extinção de alguns animais e vegetais, a erosão no solo como consequência de práticas agrícolas impróprias, poluição do ar, devido à queima de florestas para prática da agricultura e também a poluição do solo e da água, por excesso de matéria orgânica.

Com o advento da Revolução Agrícola, começaram a surgir as primeiras cidades, passando a população a crescer em ritmo acelerado, posteriormente estagnando e só após a Revolução Industrial, voltando à crescente aceleração outrora antecedida.

Chegada a Revolução Industrial, os impactos ambientais agora já não eram mais provocavam desequilíbrios localizados, mas em esfera global.

É perceptível que o homem ao longo do seu processo histórico, vem provocando a degradação do meio ambiente, decorrendo do uso inadequado do mesmo a fim de obter recursos para produzir os bens e serviços necessários à espécie humana. A globalização desses problemas engendrou numa gama de discussões a respeito deste fato no mundo inteiro.

O aumento do consumo de energia, água, minerais e elementos da biodiversidade resultantes do progresso e da tecnologia vêm causando sérios problemas ambientais, como a poluição da água e do ar, a contaminação e o desgaste do solo, o desaparecimento de espécies animais e vegetais e as mudanças climáticas, o qual surgiram várias propostas de políticas ambientais para tentar reverter esse quadro, dentre elas destacam-se: o consumo verde, consciente, ético e responsável ou sustentável.

Com a chegada do processo de industrialização, o uso irresponsável do meio ambiente tornou-se mais freqüente. As pessoas começaram a consumir mais em detrimento das economias capitalistas modernas, passando a receber uma conotação negativa, sendo objeto de várias críticas.

A Agenda 21 deixa clara a preocupação com o impacto ambiental de diferentes estilos de vida e padrões de consumo:

Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios. (Capítulo 4 da Agenda 21).

É perceptível que o homem, está inserido no meio em que vive, tornando-o integrante desta frágil cadeia que sustenta a vida do planeta, precisando dele para a sua sobrevivência e para a sobrevivência de milhares de espécies dos ecossistemas, sobrevivendo a constante necessidade de se rediscutir o modelo de desenvolvimento, consumo, desigual distribuição de riqueza e padrão tecnológico existente no mundo atual.

Devido à crescente industrialização e globalização da economia, muitas empresas se sentiram obrigadas ou não a exercerem um relativo grau de degradação ambiental, a fim de atender o mercado e a sociedade nele inserida. Daí, diante de diversos fatos que ocorreram e continuam ocorrendo, as pessoas necessitavam de explicações convincentes por parte dessas empresas em relação ao impacto que elas ocasionavam no meio ambiente.

São inúmeros os impactos ambientais causados pelo homem, dentre eles podemos destacar alguns retratados nas figuras abaixo:

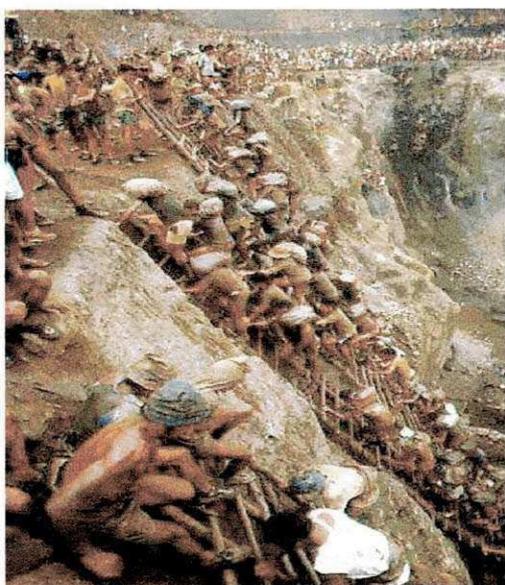


FIGURA 1- Mineração e Garimpo no Carajás(Pará)
Fonte: Renata Falzoni

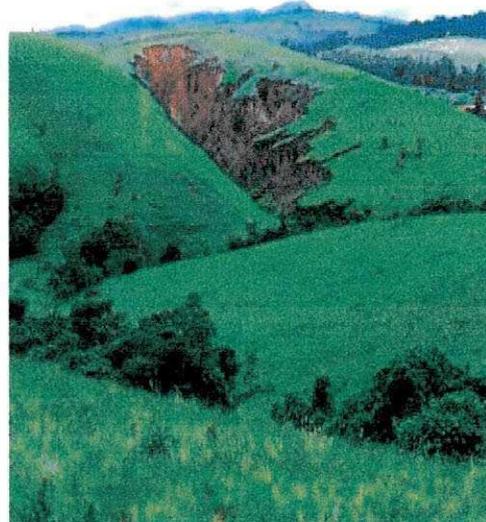


FIGURA 2- Erosão genética no meio rural.
Fonte: Renata Falzoni

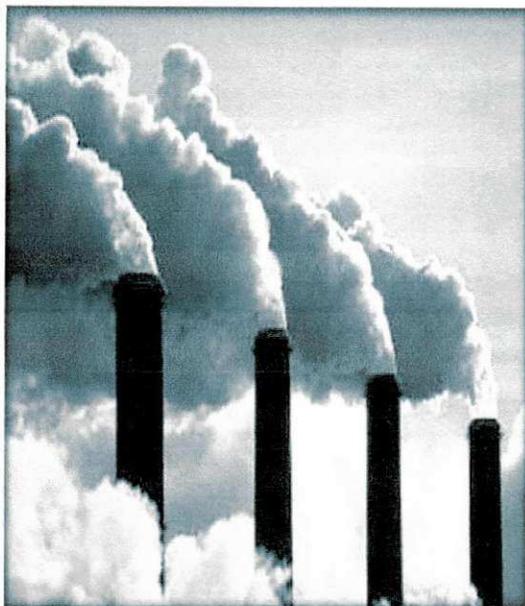


FIGURA 3 - Poluição Atmosférica
Fonte: WWW.notapositiva.com

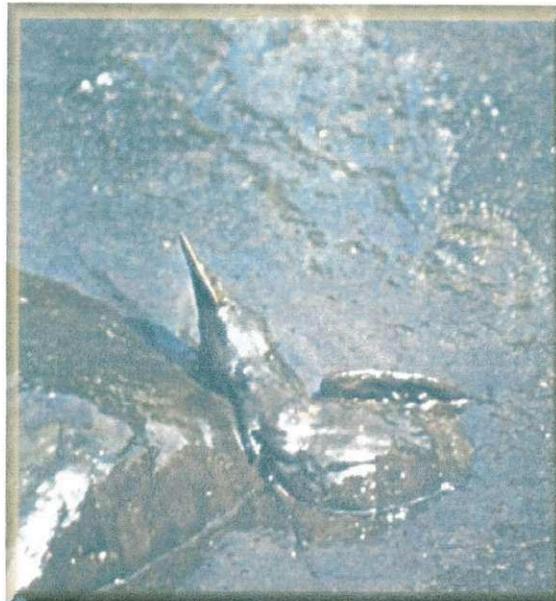


FIGURA 4 – Poluição Aquática
Fonte: br.geocities.com



FIGURA 5 – Queimadas
Fonte: www.cnpm.embrapa.br

A tragédia acontecida no Alaska/USA, com o vazamento de óleo no mar provocado pela empresa de petróleo Exxon, teve grande repercussão mundial como também, o ocorrido na Índia, com a empresa Unions Carbide, cuja tragédia resultou em centenas de mortes, com vazamento de gases, e, em decorrência, as ações da empresa despencaram nas Bolsas de

Valores, inclusive porque as famílias afetadas pela desgraça deveriam ser indenizadas. Também neste caso, o impacto foi sentido no preço das ações.

Nos dois casos, percebeu-se que ambas as empresas não faziam em suas demonstrações contábeis, tanto no Balanço Patrimonial, quanto em Notas Explicativas, qualquer menção aos prováveis riscos que elas estavam incorrendo com a poluição do meio ambiente e a conseqüente necessidade de indenizar pessoas ou governos, ou ainda, com gastos de recuperação ambiental pelos danos causados por atividades de sua responsabilidade. Além destes fatos, podem ser citados outros aqui no Brasil, como: o derramamento de óleo na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, a derrubada da floresta amazônica em 17% de sua totalidade, entre outros.

Desses fatos, resultaram preocupações, principalmente nas empresas de auditoria, que deveriam atestar se as demonstrações contábeis estavam de acordo com os princípios de Contabilidade e com a legislação vigente, mas que, até aquele momento, não abordavam, em suas análises, as contingências relativas ao meio ambiente.

2.3 A CONTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE

Com o desenrolar do processo produtivo das empresas e a conseqüente degradação ambiental por parte delas, viu-se a necessidade de informar com maior clareza a população, como esses impactos estavam sendo geridos, controlados e evitados. A pressão exercida pela sociedade vem aumentando a cada dia, sobre as empresas que não respeitam o meio ambiente. Assim, as empresas estão sendo obrigadas a adotarem uma política de controle, preservação e recuperação ambiental.

A contabilidade entendida como um instrumento de informação da situação e evolução patrimonial, econômica e financeira de determinada empresa, deve incluir em seus relatórios patrimoniais, todos os dados concernentes ao meio ambiente para conhecimento de seus usuários externos, ajudando-os no tocante a tomada de decisões. Por sua vez, o Contador deve participar ativamente neste processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados.

Sob este aspecto, a informação abrangeria os investimentos realizados, sejam em nível de aquisição de bens permanentes, despesas do exercício em curso ou obrigações contraídas em prol do meio ambiente, como também as medidas empreendidas para recuperação e preservação do mesmo; assim, a Contabilidade estaria cumprindo sua função social ao refletir as ações da empresa que visem a estes objetivos. (RIBEIRO, 1992, p. 64)

Assim, o Contador ficando a mercê desse processo, estaria ficando omissos de sua maior responsabilidade, que é fornecer informação aos mais diversos usuários. Ribeiro (1992, p.69) menciona que "os Contadores, como os demais cidadãos e profissionais (engenheiros, economistas, advogados, médicos e outros) têm a responsabilidade de contribuir para solucionar os problemas ambientais". Menciona ainda que estas responsabilidades e capacidades podem ser divididas em três categorias: "determinação de custos (com consideração especial para os custos sociais); serviços de gerência; e serviços de informação".

Surgiu então uma nova especialização da Contabilidade, a Contabilidade Ambiental, que tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam a posição econômica e financeira dos negócios da empresa.

De acordo com Paiva (2006 apud MEDEIROS, 2007), a Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e de registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário como parâmetro em suas tomadas de decisões.

Texeira (2000, p. 3), afirma que:

A Contabilidade do Meio Ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral, porque a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo.

A Contabilidade Ambiental auxilia na elaboração do planejamento estratégico, servindo de parâmetro no gerenciamento de atividades-alvo, fornecendo informações externas relacionadas a essas atividades. Também vem sendo usada para melhoria de imagem mercadológica e, por conseguinte gerar um ciclo de lucros "sustentáveis". Através dela pode – se identificar, estimar, alocar, administrar, e reduzir os custos ambientais da empresa.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, pag. 63), no que se refere à Contabilidade Ambiental:

Uma pesquisa realizada em 1994 por Willits e Giuntini, citada por Eugénio (2002), junto as 125 maiores companhias americana concluiu que apenas 11% delas tinham suas políticas ambientais atreladas à Contabilidade Ambiental específica, o que sugere que os compromissos contábeis ambientais ainda encontram-se no início de um longo caminho a percorrer.

2.3.1 Ativos Ambientais

De acordo com Iudicibus (1997), o postulado da continuidade, através de seu enunciado, permite compreender a entidade como um empreendimento em andamento, entendimento importante para as expectativas de resultados no decorrer das atividades econômicas. Em decorrência deste entendimento há uma tendência entre os contadores de se preferir que os ativos sejam avaliados a valores de entrada, de acordo com sua potencialidade implícita de geração de benefícios futuros. Este raciocínio deriva da premissa de que a entidade adquire ativos, agrega valor a estes ativos, para depois, através do mercado, obter a recompensa objetiva pelo seu esforço.

Porém, nem todos os autores concordam que na continuidade deve-se avaliar a valores de entrada. Iudicibus (1997) defende uma avaliação a valores de saída, pois empresas em operação vendem seus ativos, de forma ordenada, etapa por etapa, seguindo o curso natural da duração do empreendimento. De fato todo empreendimento nasce, tem sua ascensão e caminha para a morte e não há como identificar, exatamente, o momento em que o declínio se inicia. Sob este prisma, entre o ponto em que se inicia o declínio e o ponto em que é identificado como fatídico, estar-se-ia avaliando ativos a valores de entrada, e não de saída.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 176), os ativos ambientais:

São os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um Ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros Ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através da conservação do meio ambiente.

Portanto, ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental. Devem ser segregados em linha à parte no Balanço

Patrimonial, conforme Martins e De Luca (1994, p.26), para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa. Citam como ativos ambientais, os estoques, o imobilizado, o diferido e a provisão para desvalorização.

a) Estoques

São os insumos em almoxarifado adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir, controlar os níveis de emissão de resíduos, ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados.

b) Imobilizado

Compreende os investimentos realizados na aquisição de bens que viabilizam a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção de receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social, como, por exemplo: máquinas, equipamentos, instalações.

c) Diferido

Diz respeito aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no longo prazo, quando estes puderem ser claramente relacionados com receitas futuras de períodos específicos.

d) Provisão para Desvalorização

Ribeiro (1992) refere que os ativos tangíveis e intangíveis, particularmente os não-monetários, estão sujeitos à ação ambiental. Conseqüentemente, seus valores podem sofrer alterações por ganho ou perda do valor econômico, alterando o real potencial econômico da empresa. Portanto, para qualquer elemento do ativo tangível que tenha a extinção de sua vida útil acelerada ou a direta redução de seu valor econômico, no caso de terrenos ou estoques, em função de alterações do meio ambiente, deveria ser constituída, de forma segregada, uma

conta de provisão para registrar sua desvalorização, evidenciando-se nas notas explicativas sua origem e natureza.

Ainda segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 176), os Ativos Ambientais "são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente"

Assim, o Ativo Ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais registrados como parte integral de certo ativo ou como uma parte do Ativo e amortizado durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativos. Pose-se destacar como ativos ambientais, os recursos aplicados em atividades de controle da poluição e tecnologias para preservação e diminuição dos impactos ambientais, considerando-se que as características desses ativos variam de uma empresa para outra, devido a processos operacionais distintos da atividade econômica.

2.3.1.1 Goodwill

Goodwill é definido por Ribeiro (2002, apud KRAEMER, 1992), como a diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos. Retrata o potencial econômico da empresa não registrado pela Contabilidade, mas seria incluído no preço em uma negociação de venda.

Ela mostra que o Goodwill poderá ser formado a partir da expectativa de lucros acima do normal esperado a partir de clientes, fornecedores, empregados, localidade, comunidade, entre outros.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), outro argumento é o de que lucros subestimados são menos perigosos para a empresa do que os superestimados. Em outras palavras, é melhor apresentar uma informação pessimista e, posteriormente, vir a ganhar do que apresentar uma informação otimista que posteriormente poderá não ser confirmada no mercado, incorrendo-se em perdas. Sendo assim, está-se, na verdade, avaliando riscos. A avaliação de risco é subjetiva e por isto mesmo, de forma indevida, elegeu-se o contador como o que está em melhor posição para tal.

Contudo, os bens podem ter seus valores econômicos alterados em função do tempo e comportamento da empresa, no que se refere ao meio ambiente, ou pela ação deste sobre a mesma.

2.3.2 Passivos Ambientais

Segundo Tinoco (2004), no Brasil, a literatura que envolve o Passivo Ambiental ainda é recente e incipiente. Os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, sendo despercebidos às vezes pela administração da própria empresa.

Os Passivos Ambientais, conforme Ribeiro e Gratão (2000 apud TINOCO, 2004), ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que os possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização a terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas. Ribeiro (1997, p. 97) afirma que “passivos são obrigações que exigem a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência de transações passadas ou presentes”.

Um passivo ambiental deve ser reconhecido, conforme Bergamini Junior (1999), quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não-desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da empresa que surgiu de eventos passados.

a) Despesas do exercício atual

Registra os passivos ambientais que resultam em despesas (insumos ou serviços necessários à realização do processo de recuperação, totalmente consumidos), devem ser contabilizados em contrapartida a uma conta de resultado à medida que o fato gerador ocorre.

b) Resultados de exercícios anteriores

O passivo ambiental poderá decorrer de eventos passados. Tratando-se de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores e que não possa ser atribuído a fatos

subseqüentes (recuperação de áreas poluídas, por exemplo). Ribeiro (1992) diz que a contrapartida dos ajustes também deveria ser feita diretamente à conta de Resultados do exercício em curso, dado que os Resultados de exercícios anteriores só devem ser alterados em função de mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinados exercícios anteriores.

Tanto nas despesas do exercício atual, como nos resultados de exercícios anteriores, os passivos ambientais deveriam ser estimados, não havendo elementos para determinar seus valores precisos, hipóteses em que as provisões contábeis seriam constituídas.

Estudos técnicos devem ser feitos abrangendo as características originais, estado atual e localização geográfica da área afetada. A empresa poderia proceder a um levantamento do montante de gastos a realizar, elaborando um plano de viabilização para execução do empreendimento, sendo estes reconhecidos por meio de provisões contábeis às exigibilidades envolvidas.

Essas exigibilidades verificadas na realização de estudos necessários à recuperação e/ou proteção ambiental, de acordo com Ribeiro (1992, p.115), são reconhecidas, em alguns casos, à medida que tais estudos começam a apresentar seus primeiros resultados, dados a constatação das responsabilidades a serem cumpridas.

Na maioria dos casos, essas exigibilidades são reconhecidas somente no ato da efetivação dos gastos. Tais gastos, de acordo com os Princípios Contábeis e suas respectivas exigibilidades, deveriam ser contabilizados no mesmo período que seria registrada a receita decorrente, podendo, dessa forma, confrontar as receitas e despesas no mesmo período contábil.

c) Ativos permanentes que geram passivos ambientais

Os bens adquiridos, que são classificados no ativo permanente, podem originar passivo ambiental, em contrapartida a um ativo ambiental. Isto pode acontecer segundo Ribeiro (1992), quando o processo de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente exigir a aquisição de equipamentos e instalações, que seriam utilizados por períodos superiores ao exercício em curso. Esses equipamentos podem ser utilizados na recuperação da área afetada ou, também, no monitoramento pré e pós-realização do trabalho.

2.3.3 Custos e despesas ambientais

Muito do que ocorre no processo produtivo das empresas, inclusive seus gastos com o meio ambiente, incorrem em benefícios futuros para a sociedade externa, resultado de uma melhor conservação dos recursos naturais, entretanto não quer dizer que necessariamente traga benefícios futuros para a empresa que incorreu nos gastos, mas apenas despesas do período.

Assim, de acordo com Ribeiro (2005, p. 52) os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, diretamente ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente. São exemplos:

- todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem a companhia;
- aquisição de insumos próprios para controle, redução e eliminação de poluentes;
- tratamento de resíduos de produtos;
- disposição dos resíduos poluentes;
- recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
- mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Assim, os custos ambientais compreendem todos os gastos realizados para prevenir, reduzir ou reparar danos ao meio ambiente, resultantes de processo de cunho operacional, aliados a conservação do ambiente natural e pesquisas ambientalmente saudáveis.

Para efetuar o cálculo dos custos ambientais totais de uma empresa, somam-se o custo dos materiais desperdiçados, despesas de manutenção e de depreciação e do trabalho com os custos de salvaguarda ambiental, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1
Custos ambientais totais de uma empresa.

Custos de salvaguarda ambiental (tratamento e prevenção)
+ Custos dos materiais desperdiçados
+ Custos das perdas de capital e trabalho
= Custos ambientais totais da empresa

Fonte: Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2001)

Tinoco e Kraemer (2004), afirmam que os custos ambientais classificam-se em externos, que são os que podem incorrer como resultado na produção ou existência da empresa e são difíceis de serem medidos monetariamente e os custos internos, que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados. Além disso, podem classificar-se também, em diretos, indiretos e contingentes ou intangíveis.

Relativo à despesa, Iudícibus (1993 p.155) diz que:

despesas, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizadas no futuro. De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita.

Portanto, despesas são os recursos consumidos na forma de bens ou serviços necessários à produção de receitas em um dado período, independente da forma ou do momento do desembolso.

Estes recursos, necessários à obtenção de receitas, são tradicionalmente divididos entre custos e despesas. Adotaremos o conceito genérico de que custos são aqueles relacionados ao processo de produção, enquanto despesas são aquelas relativas à administração da empresa como um todo. (RIBEIRO, 1992, p.78)

Conforme Martins e De Luca (1994, p.26), "os custos e despesas destinados à preservação ambiental ocorrem em conexão com o processo produtivo e/ou em decorrência deste." Portanto, devem ser destacados em grupo específico da Demonstração de Resultado do Exercício e compor-se de custos de insumos e de mão-de-obra necessários à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como da amortização dos gastos capitalizados, além das taxas de preservação ou multas impostas pelas legislações ambientais.

Ribeiro (2005, p. 51), elenca alguns exemplos de despesas ambientais na área administrativa:

- Departamento de Gerenciamento Ambiental
 - Investimentos ambientais de natureza permanente: móveis e utensílios, os quais dão origem às despesas de depreciação de imobilizados desta natureza.
- Despesas ambientais operacionais:
 - salários,
 - depreciação,
 - material de escritório etc.
- Departamento de Recursos Humanos
 - Despesas ambientais operacionais:
 - quantidade de horas trabalhadas/insumos consumidos na seleção, recrutamento e treinamento do pessoal dessa área.
- Departamento de Compras
 - Quantidade de horas trabalhadas e de insumos consumidos na pesquisa, seleção e aquisição de itens necessários à área ambiental
- Departamento Financeiro
 - Quantidade e horas trabalhadas e de insumos consumidos no pagamento de aquisições e serviços relacionados a essa área.

2.4 ENFOQUES DA GESTÃO EMPRESARIAL

2.4.1 Legislação Ambiental

A legislação brasileira oferece normas e leis relativas à conservação e gerenciamento dos recursos naturais. As normas legais, têm exercido papel fundamental para estimular a prática de procedimentos operacionais, social e ambientalmente, corretos e estabelece responsabilidade civil, penal e administrativa para os responsáveis por danos ao meio ambiente. Está também incluída nesta legislação a forma de organização dos órgãos gestores do meio ambiente, sejam eles fiscalizadores ou consultivos e deliberativos.

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1998, com a finalidade de formular a política nacional de meio ambiente, dedicou um artigo específico ao assunto, o de número 225. Retrata que constitui um direito dos brasileiros, um meio ambiente saudável, cabendo ao governo e a todos, o dever de preservá-lo para o presente e para as gerações futuras. Por meio do §1º, de seu artigo 225, a Constituição demonstra as incumbências do Poder Público para assegurar o mencionado direito, entre elas, as mencionadas nos incisos IV a VI, quais sejam:

IV – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Os §§ 2º e 3º desse mesmo artigo, traçam ainda as penalidades a que estão sujeitos os agressores do meio ambiente: recuperação do meio ambiente degradado e sanções penais e administrativas.

No art. nº 170, a CF enfatiza que:

Art. 170 . A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social de propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca pelo emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte;

Parágrafo único: É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

As constituições estaduais também dedicam capítulos ao tema ambiental e remetem para a legislação ordinária que regulamenta essas disposições constitucionais. Através da Lei nº 6938, de 02 de setembro de 1981, o poder público dispõe de instrumentos para assegurar o direito ao meio ambiente equilibrado, tais como: avaliação do impacto ambiental, o licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, o zoneamento ambiental e a fiscalização. Esta lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e sua aplicação constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. O decreto que a regulamenta é o Decreto-lei nº 9274, de 06 de junho de 1990.

A nova lei de crimes ambientais, Lei nº 9.605, sancionada em 12 de fevereiro de 1998, pelo Presidente da República, responsabiliza pelos crimes contra o meio ambiente a pessoa jurídica e a pessoa física responsável. Em seu art. nº 2, dispõe:

Art. 2º - Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o proposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Após um ano, a Lei nº 9.605 foi regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, o qual dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Entre outras coisas define o valor de multas e sua correção monetária e tipo de multa a ser imposto como sanção em cada infração. Como, por exemplo, em seu art. 2 define que:

Art. 2. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos; e

XI - reparação dos danos causados

É de grande valia lembrar, que não importa o motivo ou razão da inserção de normas ambientais na CF, o certo é que elas existem, está em pleno vigor e que desafiam uma correta aplicação.

2.4.2 Sistema de Gestão Ambiental

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a

política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Assim, consiste em um conjunto de medidas adotadas para a minimização e controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

QUADRO 2
Visão Geral da Gestão Ambiental

Gestão Ambiental			
Gestão de Processos	Gestão de Resultados	Gestão de Sustentabilidade	Gestão do Plano Ambiental
Exploração de recursos	Emissões gasosas	Qualidade do ar	Princípios e compromissos
Transformação de recursos	Efluentes líquidos	Qualidade da água	Política ambiental
Acondicionamento de recursos	Resíduos sólidos	Qualidade do solo	Conformidade Legal
Transporte de recursos	Particulados	Abundância e diversidade da flora	Objetivos e metas
Aplicação e uso de recursos	Odores	Abundância e diversidade da fauna	Programa ambiental
Quadros de riscos ambientais	Ruidos e vibrações	Qualidade de vida do ser humano	Projetos ambientais
Situações de emergência	Iluminação	Imagem institucional	Ações corretivas e preventivas

Fonte: Macedo, R. K. 1994

Os sistemas de gestão ambientais (SGA) surgiram da necessidade de um maior sistema de qualidade dentro das empresas, possibilitando uma maior organização de controle de impacto de suas atividades no meio ambiente. Portanto, o Sistema de Gestão ambiental é um processo voltado à resolução ou prevenção dos problemas de caráter ambiental, com o objetivo de desenvolvimento sustentável.

Segundo a NBR ISO 14001, define o SGA como "parte do sistema de gestão que compreende a estrutura organizacional, as responsabilidades práticas, os procedimentos, os processos e recurso para aplicar, elaborar, revisar e manter a política ambiental da empresa."

Furtado (1998, p.102) afirma que, o objetivo maior das normas e demais instrumentos é melhorar as condições ambientais e promover o desenvolvimento sustentável, a fim de proteger e melhorar a geração atual e não comprometer as oportunidades de escolha das gerações futuras.

A gestão ambiental começa a ser entendida dentro das organizações como um assunto estratégico e isso tem se tornado peça fundamental no que diz respeito à competitividade. Para Fernandes (2000) os principais instrumentos de gestão ambiental são os seguintes:

- a) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- b) Avaliação do Impacto Ambiental (AIA)
- c) Auditoria Ambiental
- d) O Capital Natural

Para o Brasil, a ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas oferece as seguintes normas relativas ao tema "Sistemas de Gestão Ambiental":

- NBR 14.001 – Especificações e Diretrizes para o Uso – Essa norma contém as diretrizes para as organizações, no que concerne a políticas ambientais a serem adotadas, levando em consideração os requisitos legais e os impactos ambientais significativos. Expressa os requisitos para fins de certificação/registo e/ou autodeclaração.
- NBR 14.004 – Diretrizes Gerais sobre Princípios, Sistemas e Técnicas de Apoio – Determina as diretrizes para iniciar, manter e aprimorar um SGA.
- NBR 14.010 – Princípios Gerais – Estabelece os princípios a serem aplicados nas auditorias ambientais.
- NBR 14.011 – Procedimentos de Auditoria – Auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental – Os procedimentos que conduzirão os trabalhos servirão de base para auditorias em todos os tipos de organizações.
- NBR 14.012 – Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais – Estabelece os critérios de qualificação do auditor e a sua experiência profissional.

Como benefícios dos Sistemas de Gestão ambiental, o UA (www.universoambiental.com.br) adota os seguintes:

- Segurança, na forma de redução de riscos de acidentes, de sanções legais etc.;
- Qualidade dos produtos, serviços e processos;
- Economia e/ou redução no consumo de matérias-primas, água e energia;
- Mercado, com a finalidade de captar novos clientes;
- Melhora na imagem;
- Melhora no processo;
- Possibilidade de futuro e a permanência da empresa;
- Possibilidade de financiamentos, devido ao bom histórico ambiental.

Portanto, a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental dentro das organizações, visa à melhoria contínua do desempenho ambientalista das empresas. O mercado não aceita mais o descaso na prevenção e tratamento dos recursos naturais. A sociedade está interessada em produtos limpos. A legislação torna-se a cada dia mais severa, obrigando as empresas a terem uma maior responsabilidade com o meio natural, dentro de sua estratégia operacional.

2.4.3 Auditoria Ambiental

Segundo Ferreira (2003, p.89), a auditoria começou a desenvolver estudos, principalmente a partir do fato ocorrido na Índia, com a empresa Union Carbide, e o que aconteceu no Alaska/USA, com o vazamento de óleo no mar provocado pela empresa Exxon.

De acordo com a NBR ISO 14010, auditoria ambiental é o processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências de auditoria para determinar se as atividades, eventos, sistema de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente.

O HABITARE (www.habitare.org.br), relata quanto ao surgimento da auditoria que:

Surgiu nos Estados Unidos no final da década de 70, com o objetivo principal de verificar o cumprimento da legislação. Ela era vista pelas empresas norte-americanas como uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar, de forma antecipada, os problemas provocados por suas operações. Essas

empresas consideravam a auditoria ambiental como um meio de minimizar os custos envolvidos com reparos, reorganizações, saúde e reivindicações. Muitas empresas aplicavam, também, a auditoria para se prepararem para inspeções da Environmental Protection Agency - EPA e para melhorar suas relações com aquele órgão governamental. Na Europa, a auditoria ambiental começou a ser utilizada na Holanda, em 1985, em filiais de empresas norte-americanas, por influência de suas matrizes. Em seguida, em outros países da Europa, a prática da auditoria passou a ser disseminada em países como Reino Unido, Noruega e Suécia, também por influência de matrizes americanas. No Brasil, a auditoria ambiental surgiu, pela primeira vez, por meio da legislação, no início da década de 90, quando da publicação de diplomas legais sobre o tema, citados a seguir: a) Lei no 790, de 5/11/91, do Município de Santos-SP; b) Lei no 1.898, de 16/11/91, do Estado do Rio de Janeiro; c) Lei no 10.627, de 16/1/92, do Estado de Minas Gerais; d) Lei no 4.802, de 2/8/93, do Estado do Espírito Santo; e) Projeto de Lei Federal no 3.160, de 26/8/92; e f) Anteprojeto de Lei do Estado de São Paulo.

De acordo com Sá (2007, pag. 534), o objeto de trabalho, nessa matéria, é, exatamente, o de evidenciar o comportamento empresarial em face da responsabilidade social de desenvolver a atividade sem que afete as condições ambientais naturais, ou, pelo menos, sem causar grave ônus ao ecológico.

Entretanto não exista legislação específica que determine uma obrigatoriedade de o auditor opinar sobre a matéria ambiental, Sá (2007) entende que é de responsabilidade ética interessar-se pela questão. Alguns contadores, em vários países já estão dando ao assunto a importância que o mesmo merece, cumprindo, assim, seu dever social. Um exemplo disso é a companhia Vale que exigem eticamente, do auditor, manifestação sobre as questões ligadas a esse assunto.

Martins e De Luca (1994, p.28), aborda que a Auditoria Ambiental trata-se de procedimentos de investigação, mediante os quais os projetos ambientais da empresa são avaliados diante de padrões estabelecidos por leis ou por metas previamente adotadas para a melhoria de seu desempenho. Argumentam, ainda, que as auditorias ambientais são executadas para atender a dois diferentes propósitos:

- a) permitir que uma empresa avalie sistematicamente seu desempenho ambiental, a fim de conseguir as melhorias necessárias; e
- b) verificar o desempenho ambiental de empresa no curso de uma aquisição ou fusão, permitindo que o vendedor ou comprador avalie suas responsabilidades potenciais.

Para a realização de auditorias ambientais a NBR ISO 14011 (ABNT, 1996d) faz referência à utilização de documentos de trabalho e, entre eles, cita as listas de verificação, que seriam uma tradução de check-list. De acordo com GRENNON et al. (1987, apud BRAGA et al., 1996) check-list é um dos tipos de protocolo da auditoria ambiental. Para estes autores, o protocolo da auditoria pode ser organizado de diferentes maneiras e ter variados formatos, havendo seis alternativas básicas:

1. Protocolo básico: documento que organiza os procedimentos da auditoria em uma seqüência de etapas, reservando espaço para pequenas anotações, como identificação de funções da equipe de auditoria, comentários e indicação de páginas de registros de campo.

2. Guia detalhado: tem o objetivo de familiarizar os membros da equipe de auditoria com o requisito ambiental (lei ou norma) sobre o qual a auditoria será conduzida. Apresenta a descrição do requisito e as ações que devem ser implementadas pela empresa auditada, em função dele. Não há indicação do que o auditor deve observar ou perguntar.

3. Resumo de tópicos: é o chamado checklist, no qual apenas são citados os assuntos serem abordados, não estando especificados procedimentos para exame dos diferentes tópicos. Observe-se que, o termo check-list tem sido usado erroneamente como sinônimo de protocolo, quando, na verdade, é apenas um dos tipos de protocolo.

4. Questionário dirigido (sim/não): instrumento primário para obtenção de informações. As perguntas são elaboradas para obtenção somente de resposta sim ou não.

5. Questionário de respostas dissertativas: considerado o inverso do questionário dirigido, o questionário de respostas dissertativas permite a obtenção de informações detalhadas e aprofundadas.

6. Questionário com atribuição de pontuação: visa medir o desempenho ambiental, avaliando cada atividade relevante, de acordo com um gabarito detalhado. Resulta em uma pontuação numérica ou em uma avaliação qualitativa do tipo "Satisfatório" ou "Insatisfatório".

O HABITARE (www.habitare.org.br), demonstra os princípios gerais de auditoria ambiental, os objetivos, funções e responsabilidades da auditoria do Sistema de Gestão Ambiental e os critérios de qualificação de auditores ambientais, conforme mostra os quadros a seguir.

QUADRO 3

Princípios gerais de auditoria ambiental apresentados pela NBR ISO 14010.

PRINCÍPIOS GERAIS	
Tema	Recomendação
Definição dos objetivos e escopo da auditoria	Os objetivos da auditoria devem ser definidos pelo cliente e o escopo da auditoria pelo auditor líder para atender aos objetivos do cliente. Os objetivos e escopo da auditoria devem ser comunicados ao auditado antes da realização da auditoria.
Objetividade, independência e competência	Os membros da equipe de auditoria devem ser livres de preconceitos e conflitos de interesse; independentes das atividades por eles auditadas; e devem ter conhecimento, habilidade e experiência para realizar a auditoria.
Profissionalismo	As relações auditor/cliente devem ser caracterizadas por confidencialidade e discrição. Salvo quando exigido por lei, é recomendado que informações, documentos e relatório final da auditoria não sejam divulgados sem autorização do cliente e, conforme o caso, sem autorização do auditado.
Procedimentos sistemáticos	A realização da auditoria deve seguir diretrizes desenvolvidas para o tipo apropriado de auditoria ambiental. No caso da auditoria de SGA, a norma remete para a NBR ISO 14011.
Critérios, evidências e constatações	Os critérios de auditoria devem ser definidos entre auditor e cliente, com posterior comunicação ao auditado; evidências devem ser obtidas a partir da coleta, análise, interpretação e documentação de informações, e as evidências obtidas devem permitir que auditores ambientais, trabalhando independentemente entre si, cheguem a constatações similares.
Confiabilidade das constatações e conclusões de auditoria	As constatações e conclusões da auditoria devem possuir nível desejável de confiabilidade; devem ser deixadas claras as limitações/incertezas de evidências coletadas.
Relatório de auditoria	O relatório de auditoria deve conter itens como: identificações; objetivos e escopo da auditoria; critérios da auditoria; período e datas; equipe de auditoria; identificação dos entrevistados na auditoria; resumo do processo de auditoria, incluindo obstáculos encontrados; conclusões; declaração de confidencialidade e identificação das pessoas que recebem o relatório. É recomendado que o auditor-líder, em acordo com o cliente, determine quais os itens que constarão do relatório. Em nota, a norma indica que é responsabilidade do cliente ou do auditado a determinação de ações corretivas; entretanto, se previamente acordado com o cliente, o auditor pode apresentar recomendações no relatório.

Fonte: www.habitare.org.br

QUADRO 4
Objetivos, funções e responsabilidades da auditoria do SGA.

Tema	Recomendação
Auditoria	<p>A auditoria <i>deve</i> ter seus objetivos definidos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> · determinar a conformidade ao SGA do auditado aos critérios de auditoria de SGA; · determinar a adequação da implementação e manutenção do SGA; · identificar áreas de potenciais melhorias do SGA; avaliar a capacidade do processo interno de análise crítica; e · avaliar o SGA de uma empresa que vise o estabelecimento de relação contratual com outra empresa.
Auditor-líder	<p>O auditor-líder tem como função assegurar a eficiente e eficaz execução e conclusão da auditoria. É de sua responsabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · definir junto ao cliente o escopo da auditoria; · obter informações fundamentais; · determinar se os requisitos necessários para realização de uma auditoria foram atendidos; · formar a equipe de auditoria; · conduzir a auditoria de acordo com as normas NBR ISO 14010 e 14011; · elaborar o plano de auditoria; · comunicar o plano a todos os envolvidos; · coordenar a preparação da documentação de trabalho e instruir a equipe; · solucionar problemas surgidos; · reconhecer objetivos inatingíveis e relatar as razões ao cliente e ao auditado; · representar a equipe em discussões; · notificar imediatamente o auditado casos de não-conformidades críticas; · relatar os resultados da auditoria de forma clara, conclusiva e dentro do prazo acordado; e · fazer recomendações para melhoria do SGA, se estiver no escopo da auditoria.
Auditor	<p>O auditor deve ser objetivo, eficaz e eficiente para realizar a sua tarefa e tem como responsabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> · seguir instruções do auditor-líder; · apoiar o auditor-líder; · coletar e analisar evidências de auditoria relevantes e em quantidade suficiente para chegar às conclusões da auditoria; · preparar documentos de trabalho; · documentar cada constatação da auditoria; · resguardar os documentos da auditoria; e · auxiliar na redação do relatório de auditoria.
Cliente	<p>O cliente tem como responsabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> · determinar a necessidade da realização de uma auditoria; · contatar o auditado; definir os objetivos da auditoria; · selecionar o auditor-líder ou a organização de auditoria e, se apropriado, avaliar os elementos da equipe de auditoria; · prover recursos para realização da auditoria; · manter entendimento com o auditor-líder para definição do escopo da auditoria; · avaliar os critérios de auditoria e o plano de auditoria; e · receber o relatório de auditoria e definir sua distribuição.
Auditado	<p>O auditado deve receber uma cópia do relatório de auditoria, salvo ser for excluído pelo cliente, e tem como responsabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> · informar aos funcionários da organização sobre a auditoria; · prover os recursos necessários para a realização da auditoria; · designar funcionários para acompanhar como guias a equipe de auditoria; · prover acesso às instalações, ao pessoal, às informações e aos registros; e · cooperar com a equipe de auditoria para atingir os objetivos propostos.

Fonte: www.habitare.org.br

QUADRO 5
Critérios de qualificação de auditores ambientais de acordo com a NBR ISO 14012

Critério	Requisito
Educação	<ul style="list-style-type: none"> a norma recomenda que o auditor deve ter, no mínimo, o 2º grau (educação secundária) completo.
Experiência profissional	<ul style="list-style-type: none"> a experiência profissional apropriada deve permitir o desenvolvimento de habilidades e conhecimento em um ou mais dos seguintes tópicos técnicos e científicos: ciência e tecnologia ambientais; aspectos técnicos e ambientais das operações da instalação; leis e regulamentos aplicáveis; sistema de gestão ambiental, e procedimentos, processos e técnicas de auditoria; no caso do auditor ter apenas o 2º grau, é recomendado que ele possua, no mínimo, 5 anos de experiência profissional apropriada. Este mínimo pode ser reduzido se ele tiver realizado, após conclusão do secundário, um curso formal em pelo menos um dos tópicos técnicos e científicos citados. A quantidade de anos que pode ser reduzida não deve ser superior à quantidade de anos do curso realizado e não deve exceder a 1 ano; no caso do auditor ter um diploma de 3º grau (universidade ou instituição similar), é recomendado que ele tenha, no mínimo, 4 anos de experiência profissional apropriada. Este mínimo pode ser reduzido se ele tiver realizado um curso formal em pelo menos um dos tópicos técnicos e científicos citados. A Quantidade de anos que pode ser reduzida não deve ser superior à quantidade de anos do curso realizado e não deve exceder a 2 anos.
Treinamento	<ul style="list-style-type: none"> além da educação (2º ou 3º graus) e da habilidade e conhecimento em tópicos específicos, o auditor deve realizar treinamentos tanto formal (teórico) como de campo, para realizar e desenvolver competência na execução de auditorias ambientais. O treinamento formal ou teórico deve abranger um ou mais de um dos tópicos técnicos e científicos citados anteriormente. Este critério (treinamento formal) pode ser dispensado se o auditor puder demonstrar sua competência por meio de exames reconhecidos ou qualificações profissionais pertinentes. A norma recomenda que o auditor tenha realizado treinamento de campo (equivalente a 20 dias de trabalho em auditoria ambiental), em pelo menos 4 auditorias ambientais, tendo se envolvido em todo o processo de auditoria, sob orientação de um auditor-líder. O tempo de realização deste treinamento não deve exceder a 3 anos consecutivos.
Evidência Objetiva	<ul style="list-style-type: none"> diplomas, certificados de cursos, trabalhos publicados, livros escritos entre outros devem ser mantidos como evidências objetivas de educação, experiência e treinamento.
Atributos e habilidades pessoais	<ul style="list-style-type: none"> capacidade de expressar claramente conceitos e idéias, escrita e oralmente; ter diplomacia, tato e capacidade de escutar; ser independente, objetivo e organizado; saber julgar de forma fundamentada; e saber respeitar convenções e culturas diferentes da própria.
Específicos para auditor-líder	<ul style="list-style-type: none"> ter participado em processos adicionais completos de auditoria, perfazendo adicionalmente 15 dias de trabalho em pelo menos 3 auditorias adicionais completas; e ter participado como auditor-líder, sob supervisão e orientação de outro auditor-líder, em pelo menos 1 das 3 auditorias citadas; ou ter demonstrado atributos e habilidades para gestão do programa de auditoria ou outros, por meio de entrevistas, observações, referências e/ou avaliações do seu desempenho em auditorias ambientais feitas segundo programas de garantia da qualidade; e o atendimento a estes critérios adicionais não deve exceder a 3 anos consecutivos.
Manutenção da competência	<ul style="list-style-type: none"> os auditores devem proceder à atualização periódica de seus conhecimentos, sobre os tópicos técnicos e científicos citados no item referente à educação e experiência profissional.
Profissionalismo	<ul style="list-style-type: none"> a norma remete à NBR ISO 14010 (item referente ao profissionalismo) e recomenda, ainda, que os auditores sigam um código de ética apropriado.
Idioma	<ul style="list-style-type: none"> quando o auditor não tiver capacidade de se comunicar com fluência no idioma necessário, deve obter um suporte, que pode ser um intérprete, que seja independente para realizar seu trabalho de forma objetiva.

Fonte: www.habitare.org.br

Portanto, a Auditoria Ambiental pode ser entendida como uma vistoria de caráter técnico dos procedimentos e processos utilizados por uma organização para o controle e conservação ambiental, visando à continuidade da empresa sem agressão ao meio ambiente.

2.5 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL E RELATÓRIOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Para Ludícibus (2000, p.119), as principais formas de evidenciação pelas entidades são:

- a) Forma e disposição dos demonstrativos contábeis e formais;
- b) Informação entre parênteses;
- c) Notas explicativas;
- d) Quadros e demonstrativos suplementares;
- e) Comentários do auditor;
- f) Relatório do conselho de administração e da diretoria.

Segundo Tinoco (2004), no que concerne a evidenciação em geral, não existe um consenso entre os pesquisadores de o que evidenciar e em que extensão fazê-lo, deve-se sempre levar em consideração três questões básicas: a) A quem deve ser revelada a informação; b) Qual o propósito da informação; c) qual a extensão em que se deve revelar.

Já para Ribeiro (2005, p. 108) a evidenciação implica perguntar:

- O quê: todas as informações relativas aos eventos e transações envolvidos com a questão ambiental;
- Como: com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos valores e pela natureza dos gastos relativos à interação entre a empresa e o meio ambiente;
- Quando: o registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares;
- Onde: idealmente, no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem prestadas.

Atualmente a contabilidade dispõe de demonstrações tradicionais, as notas explicativas e os relatórios de administração são os meios de divulgação mais evidente. Assim, muito tem sido discutido que a divulgação das demonstrações deve ser feita além da publicação de balanços e de demonstrações do resultado.

Hendriksen e Van Breda (1999, apud MEDEIROS, 2007), destacam que:

As demonstrações financeiras devem ser claras e compreensíveis. Baseiam-se em políticas contábeis que variam de empresa para empresa, tanto dentro de um mesmo país quanto de um país para o outro. A divulgação das políticas contábeis mais importantes, nas quais as demonstrações financeiras estão baseadas, é, portanto, necessária para que as demonstrações possam ser adequadamente entendidas.

O relatório ambiental é o meio utilizado pela empresa para relatar e divulgar o seu desempenho ambiental, fornecendo dados relativos a ação da empresa em atividades voltadas ao meio ambiente, englobando políticas, estratégias, riscos potenciais, custos, alvos, impactos ou qualquer outro dado que envolva o meio ambiente.

Ribeiro (1992, p.78) explica que os relatórios específicos apresentados em separado podem ter diversos formatos e enfoques, pois não existe padronização, embora o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme - UNEP) tenha recomendado meia centena de pontos centrais que devem constar de um conjunto de relatórios transparentes.

Existem diferentes abordagens metodológicas para a elaboração de relatórios ambientais, em decorrência dos mesmos refletirem a cultura local e as diversidades no processo de regulação.

Segundo Bergamini Junior (1999), há seis tipos diferentes de relatos, ressaltando que as empresas geralmente utilizam uma combinação de várias técnicas:

a) compliance - o relato baseado na compliance (ou na conformidade com a regulação) enfoca o nível de conformidade ou de submissão à regulação externa e à auto-regulação, sendo característica comum de relatórios ambientais de setores fortemente regulados, como os de água e eletricidade;

b) TRI - o relato baseado no inventário de emissões tóxicas (toxic release inventory) é utilizado por muitas empresas norte-americanas, que são obrigadas por lei a publicar a relação de emissões de substâncias tóxicas específicas, com detalhamento de quantidades físicas;

c) impactos - o relato de desempenho baseado em impacto é utilizado por muitas das empresas do setor privado que não são submetidas à exigências específicas, as quais identificam seu impacto ambiental chave e baseiam seu relato em torno de um conjunto de alvos e de seu desempenho em atingir aqueles alvos no decorrer do tempo;

d) ecobalanco - a abordagem do ecobalanco é utilizada por algumas empresas, inclusive muitas da Alemanha, as quais constroem um ecobalanco formal, composto por ingressos de fontes versus saídas de produtos e não-produtos, dos quais derivam indicadores de desempenho;

e) ICI - a abordagem da carga ambiental, desenvolvida por uma empresa química industrial do Reino Unido, a ICI, é constituída por um relato focado externamente, o qual quantifica o impacto da empresa no meio ambiente através da utilização de seis a oito medidas de qualidade ambiental;

f) sustentabilidade - o relato baseado na sustentabilidade pressupõe ampla transparência das empresas com relação às três linhas principais, representadas pelo desempenho financeiro, pela questão ambiental e pelos aspectos social/ético/comunitário.

3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

3.1 PERFIL DAS EMPRESAS OBJETO DE ESTUDO

Neste tópico apresenta-se um breve histórico das empresas objeto de estudo, bem como um breve perfil das mesmas.

3.1.1 Histórico das empresas pesquisadas

Este departamento aprecia o perfil histórico empresarial das empresas participantes da pesquisa.

a) José Mendes Pires – Sabão Kiusa

O sabão Kiusa é uma empresa que se dedica a produção de sabão em barra e seus derivados. Atualmente seus produtos estão presentes em quase todo território nacional, estendendo-se também a outros países. Está localizada na cidade de Sousa, Paraíba, à Rua Lelino Vieira, S/N, Jardim Iracema.

Sua composição societária é formada por capital 100% nacional. Seu ramo de atividade é a fabricação de sabão e óleos vegetais Kiusa. Sua linha de produtos tem como base, a produção de sabão em barra, glicerinado, extrusado, comum, detergente em pó e lã de aço.

Possui sede em Sousa/PB, dispondo de toda infra-estrutura necessária para atender a demanda e as necessidades de seus clientes. Possui frota própria, com carros de distribuição e carretas de diferentes modais.

Seu faturamento em 2007 foi de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Proporcionalmente, não obteve o mesmo crescimento de vendas para o mercado externo e interno.

Atualmente dispõe de um programa de melhoria contínua na empresa, por meio de qualificação de seus funcionários, através de desenvolvimento dos recursos humanos, garantindo a qualidade de seus serviços. Priorizam o atendimento a seus clientes, qualificando e capacitando pessoas para tal, contando atualmente com 48 funcionários.

A empresa iniciou suas operações apenas com a fabricação artesanal de sabão em barra. Anos depois, foi introduzida a produção do mesmo em seus diferentes níveis (glicerinado, extrusado) e logo após a inserção de outros novos produtos como o detergente em pó e a lâ de aço. Essas mudanças trouxeram consigo a necessidade de qualificação de pessoal, reestruturação de espaço físico e renovação de frota.

Detêm certificados para produção e comercialização como: Certificado da ANVISA/MS- Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde; AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância Sanitária; SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente; IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e da PF- Polícia Federal.

b) Indústria de Sabão Haley Ltda.

A Indústria de Sabão Haley Ltda., é uma empresa que se dedica a fabricação de sabão e seus derivados, com produção na sua maior parte escoada para outras localidades e a menor parte atendendo as necessidades locais. Está situada na cidade de Sousa, Paraíba, a Rua Monsenhor Vicente Freitas, nº 495, Alto do Cruzeiro.

Sua composição societária é formada por capital 100% nacional. Seu ramo de atividade é a fabricação de sabão e derivados. Sua linha de produtos tem como base, a produção de sabão em barra (comum/glicerinado), com projeção futura da fabricação de sabão em pó/detergente e amaciante de roupas.

Seu faturamento não foi informado pela empresa. Possui atualmente 33 funcionários, sendo seu mercado exclusivamente de atuação interno.

Na empresa existe um compromisso com a qualidade e garantia total dos seus produtos e serviços oferecidos, incluindo também os seus projetos nessa área. Dispõe de uma frota que

atuam no abastecimento de matéria - prima e escoamento da produção. Iniciou suas operações de forma manual, tendo que com o passar do tempo utiliza-se de inovações tecnológicas para garantir a modernização e a qualidade de seus produtos.

Atualmente promove programas internos de cursos de aperfeiçoamento de funcionários, voltados à produção e qualidade no atendimento. Elencam-se também certificados para produção e comercialização como: ANVISA/MS- Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde; AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância Sanitária; SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente; IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e da PF- Polícia Federal, salientando que atualmente está em processo de retirada o certificado da ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

3.1.2 Dados das empresas pesquisadas.

a) *Composição societária, ramo de atividade e principais produtos.*

O quadro 3 demonstra a razão social das empresas pesquisadas, bem como sua composição societária, ramo de atividade e principais produtos.

QUADRO 6
Composição Societária, ramo de atividade e produtos.

RAZÃO SOCIAL	COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA	RAMO DE ATIVIDADE	PRODUTOS
José Mendes Pires	100%	Indústria de Sabão e Óleos Vegetais	Sabão em barra glicerinado, extrusado, comum, detergente em pó e lã de aço.
Indústria de Sabão Haley Ltda	100%	Indústria de Sabão e derivados.	Sabão em barra (comum/glicerinado).

Fonte: Pesquisa direta. (05/2008)

As empresas participantes possuem capital totalmente nacional, com mesmo ramo de atuação no mercado, sendo todas duas indústrias de fabricação de sabão e seus derivados.

b) *Número de funcionários, faturamento e mercado de atuação.*

O quadro 4 demonstra a razão social das empresas pesquisadas, o número de funcionários, o último faturamento lançado em balanço e o mercado de atuação de cada uma delas.

QUADRO 7
Número de empregados, faturamento e mercado de atuação.

RAZÃO SOCIAL	EMPREGADOS	FATURAMENTO EM 2007	MERCADO DE ATUAÇÃO
José Mendes Pires Indústria de Sabão Haley Ltda.	48	R\$ 6.000.000,00	95% interno 5% externo
	33	Não declarado	100% interno

Fonte: Pesquisa direta (05/2008).

Das duas empresas pesquisadas, uma possui o número de empregados mais elevado (48 funcionários), devido à extensão de produtos fabricados serem maiores. A primeira informou o faturamento do último ano equivalente a R\$ 6 milhões de reais, a segunda preferiu não declarar. Das duas empresas pesquisadas, atuam sua maior parte no mercado interno, sendo apenas 5% de toda produção da primeira destinada ao mercado externo.

3.2 EVIDÊNCIAS DO USO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Em acolhimento ao primeiro objetivo específico estabelecido no estudo, apresentam-se as respostas às questões formuladas correspondentes ao item e suas respectivas análises.

a) *A empresa possui Contabilidade Ambiental?*

Quando foram indagados sobre se a empresa possui a Contabilidade Ambiental, assistiram-se respostas diferenciadas por parte dos entrevistados, que vai desde ao não conhecimento, até indícios de seu controle.

Na empresa José Mendes Pires, quando indagado, o entrevistado respondeu:

Na nossa empresa não classificamos como Contabilidade Ambiental propriamente dita, mas todos os custos e investimentos decorridos de eventos ambientais são previstos e classificados no balanço. Não tratamos como Contabilidade Ambiental, mas temos o controle de tudo que diz respeito ao meio natural. (Sabão Kiusa)

Na Indústria de Sabão Haley Ltda., o entrevistado apenas relatou que a empresa não dispõe de uma contabilidade única para os eventos ambientais, não explicando os motivos pelos quais a empresa não adota.

São várias as razões para que uma empresa tenha interesse em contabilizar os casos ambientais. Dentre elas encontram-se a exigência estrangeira e a legislação vigente no país a nível de comercialização de produtos podendo fazerem exigências de algum tipo de certificação ambiental; a sociedade em geral passa a dar maior valor aos produtos, sabendo que os mesmos são ecologicamente corretos; a adequada contabilidade previne a empresa de algum incidente que outrora venha ocorrer.

b) *Quais são os ativos ambientais que a empresa registra e como são controlados?*

José Mendes Pires, a respeito dos ativos ambientais registrados e seu controle, o entrevistado respondeu que:

A conta caixa e bancos conta movimento, são registrados no ativo circulante/disponível; matérias-primas, produtos em processo, acabados e reciclados, são classificadas no circulante/estoques; os equipamentos e instalações ambientais são classificados no ativo permanente/imobilizado e os projetos ambientais no permanente/diferido, entretanto não existe um balanço ambiental específico. A empresa dispõe de um tanque de decantação de água, onde após o processo de decantação a água volta a ser reutilizada no processo produtivo. Dispõe também de Filtros Manga, para retenção do pó fino expelido na produção do detergente em pó, evitando que o mesmo atinja a atmosfera. O controle desses ativos é feito pela contagem física de quantidade, volume e valores registrados em planilha. (Sabão Kiusa)

A Indústria de Sabão Haley Ltda., quando indagado respondeu que:

A aquisição de equipamentos ecologicamente corretos são lançados no ativo imobilizado. Os custos gerados no processo são lançados como despesas contábeis, como por exemplo, a energia consumida. A compra de uma máquina Estruzora no qual finaliza o produto sem a necessidade do óleo de algodão para a composição do mesmo como antigamente era feita e prejudicava em grande escala o meio natural, foi lançado contabilmente como ativo imobilizado. Sobre o controle, não fez menção ao mesmo. (Sabão Haley)

Levando em consideração que de um ativo são esperados benefícios futuros para a empresa através de redução ou prevenção de danos causados ao meio natural ou ainda conservação do meio ambiente, esses ativos devem ser contabilizados como imobilizado ou diferido no período em que gere benefícios econômicos futuros.

Assim, ativos ambientais são todos os bens da empresa que tendem a preservação, proteção e recuperação ambiental.

Quanto ao controle dos mesmos, é de grande importância as empresas fazerem respaldos na análise contábil através de históricos, planilhas ou relatórios para melhor tomada de decisão e controle de vida ativa desses ativos, para fins de identificação do momento exato onde houve algum declínio na empresa, avaliando os ativos, dentre eles também os ambientais.

c) *Quais os passivos ambientais que a empresa registra e como é feita a sua previsão?*

Referente aos passivos ambientais, o entrevistado da empresa José Mendes Pires, relatou que:

A empresa nunca resultou em uma obrigação grave em consequência do processo produtivo (multas/indenizações). Presta serviços no sentido que todo material plástico desperdiçado na produção é reciclado e reutilizado na fábrica de sandálias Suprema para confecção das mesmas. Informou que não existe previsão já que a empresa dispõe de uma infra-estrutura para que a eventualidade não ocorra. (Sabão Kiusa)

A indústria de Sabão Haley Ltda., segundo o entrevistado, informou que “não possui nenhum registro de passivo ambiental na empresa”. Informou que os resíduos decorrentes do processo produtivo são manejados de forma correta. Não fez menção a previsão de nenhum passivo ambiental.

Os passivos originam-se de gastos contraídos perante terceiros para proteção e preservação do meio natural, podendo constituir-se em despesas do período vigente ou conseguinte ou aquisição de bens permanentes.

Deve ser levado em consideração quando existe uma obrigação perante a empresa de reparar algum evento ocorrido no passado.

Suas previsões são de extrema importância, já que sendo previstos geram segurança a futuros negócios, livrando a empresa de potenciais riscos que venham a surgirem.

3.3 PROJETOS AMBIENTAIS DESENVOLVIDOS

As empresas que se preocupam com a questão ambiental, possuem em seus planos de desenvolvimento, projetos que associem a questão custo-benefício com a preservação e controle do meio ambiente. Assim, esta seção aborda os projetos e alusões que as empresas pesquisadas fizeram em relação ao assunto abordado, atendendo ao segundo objetivo do trabalho.

- a) *A empresa dispõe de algum modelo de Sistema de Gestão Ambiental?*

Referente aos modelos de Sistemas de Gestão Ambiental, as duas empresas pesquisadas responderam que as mesmas não dispõem de um modelo específico de Sistema de Gestão Ambiental, mas que existem projetos dentro da empresa voltados para a questão ambiental e que são praticados.

b) *Os projetos voltados para a questão ambiental são controlados na empresa? Onde são aplicados ?*

Quando indagado sobre os projetos voltados para o meio ambiente e sua aplicabilidade, o entrevistado da empresa José Mendes Pires relatou que:

A empresa dispõe de tratamento de toda água que é utilizada no processo de produção do sabão, onde a água desperdiçada é dirigida a um tanque de decantação, ficando em repouso por 24 horas. Após a decantação, a água é novamente utilizada para o processo produtivo, sendo assim reutilizada, onde nenhuma água é jogada em esgotos, não havendo desperdício. Possui também os filtros manga que retêm o pó que é expelido na produção para não ser lançado na atmosfera. A empresa está fazendo aquisição de catembas de coco para serem reaproveitados e utilizados como combustível nas caldeiras, chegando em torno de 50% deste, entretanto, a meta é alcançar os 100% para substituir a lenha que é utilizada, contribuindo para o não desmatamento, além de que também todo plástico desperdiçado é reciclado e reutilizado na indústria de sandálias Suprema, de posse do mesmo proprietário. Assim, todas as ações ambientais aplicadas aqui na empresa estão diretamente ligadas com os nossos produtos, afim de redução de custos e também voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente. (Sabão Kiusa)

Na Indústria de Sabão Haley Ltda., em relação à questão formulada, o entrevistado mencionou que:

Na empresa existem projetos de melhoria contínua, em termos de qualidade no ambiente interno de trabalho e preocupação com um produto ecologicamente correto, sem dano algum ao meio ambiente e ao consumidor. A empresa também utiliza além da lenha, catembas de coco como combustível das caldeiras. Embora sua localização seja um pouco distante da cidade, a empresa dispõe de fossas sépticas para despejo de esgotos, não ficando a céu aberto, nem oferecendo riscos ao meio natural, entretanto, tem um projeto em andamento junto a SUDEMA, para a licença do Ministério da Saúde, visando o tratamento de resíduos sólidos, água e esgotos. (Sabão Haley)

c) *Existe algum outro aspecto relacionado à Contabilidade Ambiental que gostaria de relatar?*

Tanto a empresa José Mendes Pires (Sabão Kiusa), como a Indústria de Sabão Haley Ltda., afirmou que desconheciam a Contabilidade Ambiental propriamente dita, por falta de incentivo e esclarecimento tanto do profissional contábil (contadores), quanto das entidades responsáveis (conselhos regionais, federal e delegacias).

Em relação aos projetos desenvolvidos nas mesmas, cada empresa abordou o que mais é de relevância para cada uma, atendendo a uma visão que trouxesse de forma imediata os benefícios que os tais causem em seu meio.

Expuseram de forma clara e objetiva, que a Contabilidade Ambiental contribui para o sucesso da empresa, ajudando aos gestores em suas tomadas de decisões no que concernem as variáveis ambientais, no intuito de alcançar a plena transparência do desempenho ambiental, disseminando técnicas para conformidade na apresentação do relato de suas atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crescente exigência da sociedade perante as empresas quanto à consciência ecológica e a implantação de políticas ambientais estruturadas afim de vantagem competitiva, as indústrias tem se fortalecido na prática de atitudes ambientalmente corretas.

Por tratar-se de um estudo realizado por meio de multicaso, inquiriu-se fazer deduções a partir de dados coletados nas empresas pesquisadas, contribuindo de forma efetiva para estudos futuros sobre a contabilidade ambiental.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa incidiu em verificar a existência e o grau de desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB, identificando as evidências do uso da Contabilidade Ambiental, verificando os projetos desenvolvidos relativos ao meio ambiente e sua aplicabilidade.

De acordo com o que foram abordadas, as empresas caracterizam-se como empresas de médio porte, com forte atuação no seu segmento.

A empresa José Mendes Pires (Sabão Kiusa), destaca-se na fabricação de sabão e óleos vegetais Kiusa, especificadamente na fabricação de sabão em barra glicerinado, extrusado, comum, detergente em pó e lã de aço; possui 48 funcionários empregados; obteve um faturamento no ano de 2007 de R\$ 6.000.000,00; seu capital é 100% nacional; atua 95% no mercado interno e 5% no mercado externo; no seu meio, não adota a Contabilidade Ambiental propriamente dita, mas faz alusões a ela, através de controle e implantação de projetos direcionados ao meio ambiente.

A Indústria de Sabão Haley Ltda., também atua na fabricação de sabão e seus derivados, especificadamente no sabão em barra comum e glicerinado; possui 33 funcionários empregados; não informou seu faturamento no ano de 2007; seu capital é 100% nacional; atua 100% no mercado interno e também não adota a Contabilidade Ambiental propriamente dita, mas faz alusões a ela, através de controle e implantação de projetos direcionados ao meio ambiente.

As empresas pesquisadas evidenciaram de forma clara e objetiva a não existência na Contabilidade Ambiental, entretanto, salientaram que os bens, direitos e obrigações adquiridas

referente a alguma alusão ao meio ambiente, são contabilizados no balanço patrimonial da empresa, não especificadamente num balanço ambiental.

Entende-se que a Contabilidade Ambiental deve ser aplicada para comprovar a responsabilidade da empresa com o meio natural, através da utilização de relatórios, onde deverão ser evidenciados de forma transparente tudo que estiver interligado com o controle, recuperação e preservação do meio ambiente.

Explanaram que as mesmas detêm de projetos de recuperação, controle e preservação do meio ambiente, no qual através dos mesmos reduzem custos no processo produtivo e conseqüentemente gera um valor baixo para o produto final. Relataram também que sempre estão buscando novas alternativas de redução de impactos à medida que aumenta o volume da demanda.

Portanto, conclui-se, a partir das respostas das empresas pesquisadas, que as mesmas possuem ações ambientais significativas para preservação, controle e redução de impactos que possam ser causados ao meio ambiente, criando um elo entre as empresas e a comunidade, embora não aplicarem a Contabilidade Ambiental como tal em sua gestão. As ações, são aplicadas durante todo processo produtivo ou fora dele, a fim de redução de custos no produto final, bem como a proteção do meio natural o qual estão inseridas.

5 RECOMENDAÇÕES

As comprovações observadas e relatadas neste trabalho, embora sejam direcionadas apenas a duas empresas pesquisadas, orientam para novas indagações relacionadas a este tema em futuras pesquisas sobre as ações ambientais desenvolvidas pelas empresas, o uso das mesmas e o grau de desenvolvimento da Contabilidade Ambiental. Neste sentido recomendam-se futuras pesquisas, como:

- identificar o motivo pelo qual as empresas ainda desconhecem o uso da Contabilidade Ambiental e sua aplicação.
- promover a pesquisa em empresas de ramos de atividades diferentes, a fim de constatar possíveis divergências de resultados.
- verificar as ações junto a empresas que possuem Créditos de Carbono.
- comparar a outras empresas diferentes estudos afim de garanti-las a eficácia de medidas ambientais corretas, com a finalidade de torná-las competitivas.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2.1 **United National Conference On Environmental And Development**. Rio de Janeiro, Chapter 1, Preamble, June, p. 1-3, 1992. *ñ*

ANDRADE, Rui; CARVALHO, Ana Barreiros. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000. *ñ*

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.

BEUREN, Ilse Maria (org.). In : André Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006. *tenho*

BRAGA, T. O. B et al. **Auditoria Ambiental: uma proposta para empreendimentos mineiros**. São Paulo. IPT.118 p (IPT- Publicação,2451), 1996.

BRAGA, Célia (org.). **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade** – São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Constituição(1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Lei n. 6938, de 02 de setembro de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências. Disponível em : < [http:// idaf.is.gov.br/Download/Legislação](http://idaf.is.gov.br/Download/Legislação). Acesso em 20 maio 2008.

BRASIL. **Lei n. 9605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em : < [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L_9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L_9605.htm). Acesso em : 20 maio 2008.

BRASIL. **Decreto – lei n. 3179 de 21 de setembro de 1999**. Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em : < [http:// www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/dec_3179_99.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/dec_3179_99.pdf). Acesso em : 20 maio 2008.

CALIXTO, Laura. Contabilidade Ambiental: aplicação das diretrizes recomendadas pelo ISAR/UNCTAD no setor de mineração. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXXIV, nº 153, p. 51-63, maio/jun. 2005.

CALIXTO, Laura. Análise da Pesquisa sobre Contabilidade Ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXXIV, nº 154, p. 23-33, julho/agosto. 2005.

CARVALHO, Emmanoel Rocha. **Análise das demonstrações contábeis da fundamentação teórica ao domínio da prática**. – João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

CARVALHO, Nelson. Contabilidade e Ecologia: uma exigência que se impõe. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XX, nº 75, abr/ jun. 2000.

CASTRO, Áureo Silva; BIM, Elvis Antonio. A viabilidade da “ desterceirização” (outsourcing reverse): um estudo de caso sobre reciclagem de componentes poluentes (baterias automotivas). **Anais XIV Congresso Brasileiro de Custos**, João Pessoa, dez. 2007.

CHRISTOPHE, Bernard. L'expert comptabilité face à la comptabilité environnementale. *Revue Française de Comptabilité*, Paris, nº 235, juin 1992. In TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas., 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Decreto-Lei Nº 9.295 de 27/05/1946.

CONSUMO SUSTENTÁVEL. **Manual de educação**. Brasília: Consumers International / MMA / MEC / IDEC, 2005. 160 P.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERNANDES, J. W. N. **A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade ambiental.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000. Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação pra o desenvolvimento sustentável.** - 2. Ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

FONTES, Martins; SEIFFERT, Maria Elisabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.**- São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços.** 25 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FURTADO, João S. **Auditorias, sustentabilidade, ISO 14000, e produção limpa: limites e mal-entendidos.** Disponível em: <<http://www.vanzoline.org.br>. Acesso em 26 de setembro de 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

ISO (a). Environmental Management Systems – General guidelines on principles, systems and supporting techniques. **Committe Draft:** ISO 14000: 199 X ISSO/TC 207/SC1/WG2, p. 1-53, February, 1995.

ISO (b). Environmental Management Systems – Apesification witch guidance for use. **Committe Draft:** ISO/TC 207 14000.1. Revision. ISSO/TC 207/SC1/WG 1, p. 1-24, February, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6.ed. São Paulo. Atlas. 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações- Aplicável também às demais sociedades.** 6ª ed. Ver. At., São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental como sistema de informações**. Revista Brasileira de Contabilidade. Nº 133, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11 ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual pra elaboração de monografias e dissertações**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXIII, nº 86, março/1994.

MEDEIROS, Leane Nascimento. **Uma Contribuição ao Estudo do Disclosure Ambiental: O caso de uma empresa do setor de mineração**. Monografia (Graduação em Contabilidade) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2007.

MOTTA, Ronaldo Seroa da (coordenador). **Contabilidade Ambiental: Teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil**: Rio de Janeiro, IPEA, 1995.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. - 1. Ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS e normas brasileiras de contabilidade. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2006. 320 p.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (Mestrado).FEA/USP, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. – São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo; Atlas, 1999.

RODRIGUES, Ana Cristina Miranda; FERREIRA, Roberto do Nascimento. Gestão Ambiental e rentabilidade de empresas siderúrgicas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXXV, nº 161, p. 47 – 63, setembro/outubro, 2006.

SÁ, A. Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**, 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Antonio Lopes de. Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXIX, nº 122, p. 10 – 13, março/abril, 2000.

SÁ, A. L. A nova realidade contábil e a concepção científica do neopatrimonialismo como ação intelectual além da inteligência artificial. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, DF: ano XXXI, n.133, p.47-55, jan/fev.2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria**. – 10 ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma monografia**.- 11 edição – São Paulo: Atlas,2004.

SOUSA, Antônio Carlos de et al. **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental: a busca da eco-eficiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia, Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. – São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001

ZANLUCA, Júlio César. **História da Contabilidade**. Portal de Contabilidade, 2000. Disponível em: <[http:// www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/história.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/história.htm)>. Acesso em: 03 maio 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prezados Senhores,

Solicitamos por meio deste, a participação e o auxílio ao Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, a fim de fornecer informações úteis ao desenvolvimento desta pesquisa acadêmica. A presente pesquisa é desenvolvida pelo discente **Marrison Alan de Sousa Leite**, aluno desta instituição de ensino e orientado pela docente Cristiane Queiroz Reis.

Este instrumento de pesquisa tem por finalidade coletar dados a respeito de **Contabilidade Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental**. Atualmente, a conscientização da sociedade e a globalização da economia, estão forçando as empresas a terem uma postura responsável perante o meio ambiente. Para isto, estão adotando Sistemas de Gestão Ambiental, agregada a uma política contábil, chamada **Contabilidade Ambiental**.

Portanto, o principal objetivo deste estudo é verificar a existência e o grau de desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB. A importância de sua participação é relevante para o estudo, e a clareza nas respostas contribuirá de forma significativa com a pesquisa, o meio ambiente e a empresa participante.

Desde já agradeço sua participação.

Cristiane Queiroz Reis
Profª Orientador

1. PERFIL DA EMPRESA

1.1 Razão social: _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Composição societária:

% nacional

% estrangeiro

1.5 Ramo/atividade: _____

1.6 Principais produtos: _____

1.7 Numero atual de empregados: _____

1.8 Faturamento em 2007: _____

1.9 Mercado de atuação:

Interno

Externo

2 PERGUNTAS:

2.1 – Elementos que evidenciam o uso da Contabilidade Ambiental.

- a) A empresa possui a Contabilidade Ambiental?
- b) Quais são os ativos ambientais que a empresa registra e como são controlados?
- c) Quais os passivos ambientais que a empresa registra e como é feita a sua previsão? Explique.

d) A sua empresa possui algum tipo de certificação? Qual? Esse tipo de certificação trouxe algum resultado para empresa?

2.2 – Projetos ambientais desenvolvidos na empresa.

a) A empresa dispõe de algum modelo de Sistema de Gestão Ambiental?

b) Os projetos voltados para a questão ambiental são controlados na empresa?
Onde são aplicados?

c) Existe algum outro aspecto relacionado à Contabilidade Ambiental da empresa que gostaria de relatar?

ANEXOS

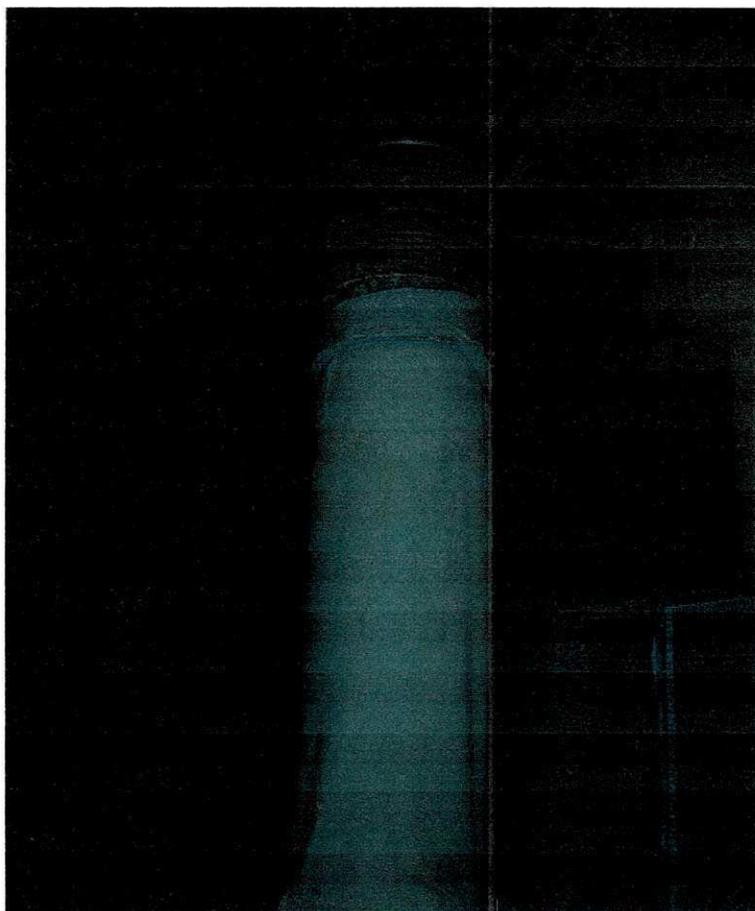


FIGURA 6 - Filtro Manga
Fonte: Marrison Alan (05/2008)

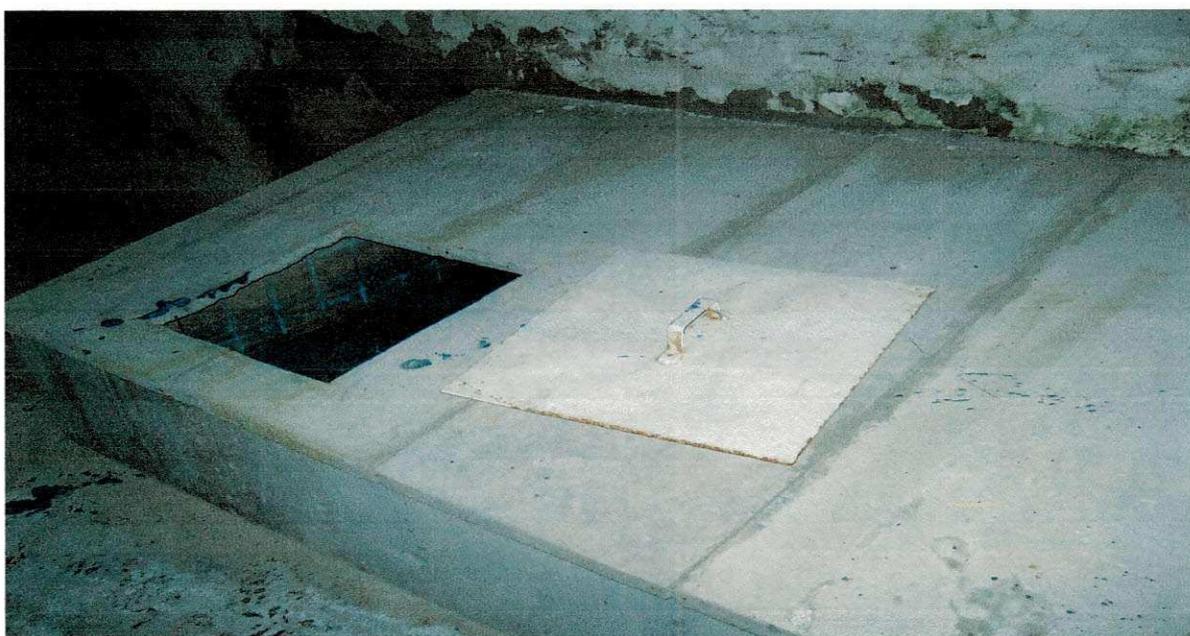


FIGURA 7 - Tanque de decantação
Fonte: Marrison Alan (05/2008)



FIGURA 8 - Tanque de decantação
Fonte: Marrison Alan (05/2008)



FIGURA 9 - Catembas de Coco
Fonte: Marrison Alan (05/2008)

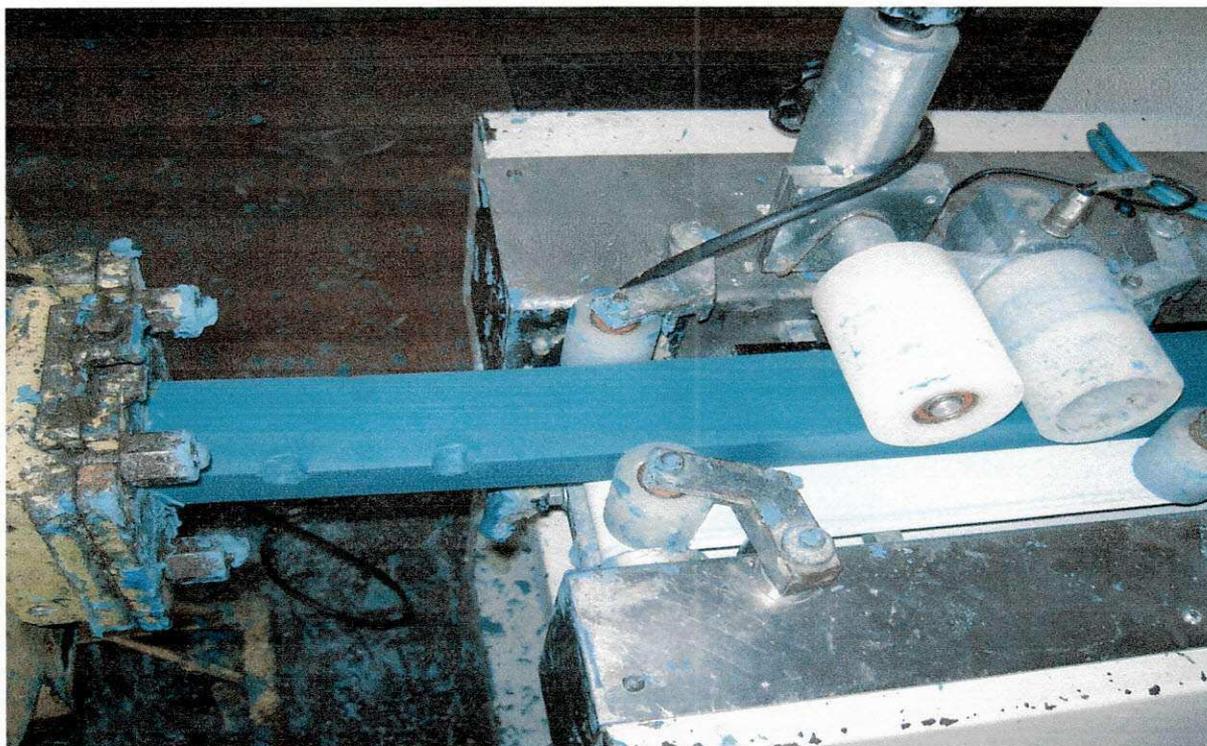


FIGURA 10 - Máquina Estruzora
Fonte: Marrison Alan (05/2008)

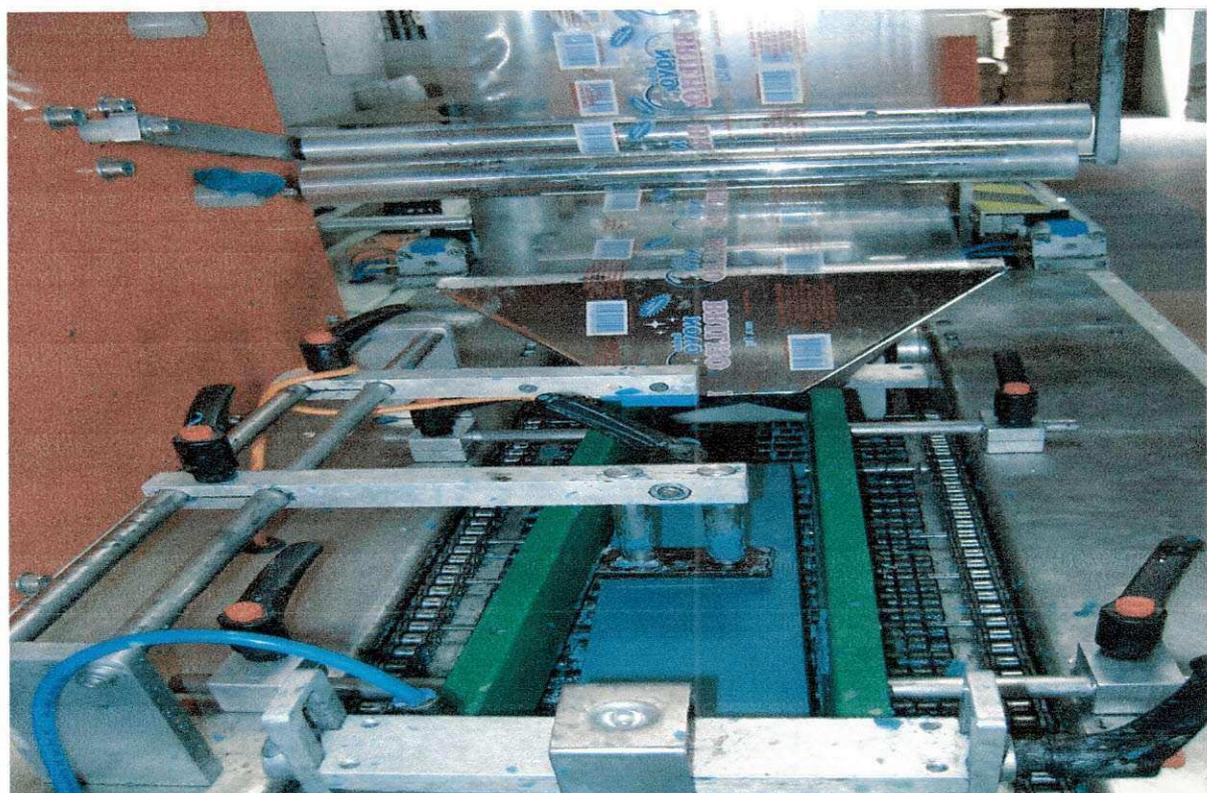


FIGURA 11- Máquina Estruzora
Fonte: Marrison Alan (05/2008)

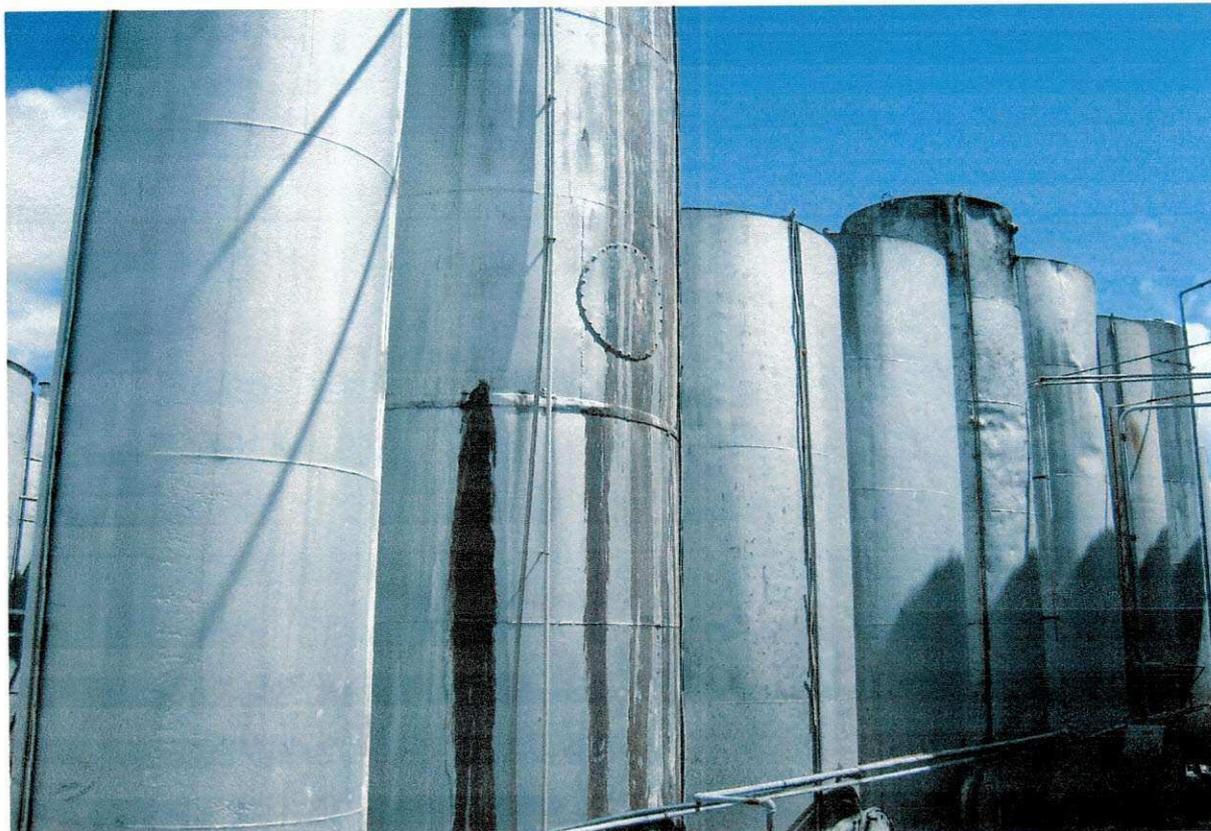


FIGURA 12 - Tanques de separação dos compostos do sabão.
Fonte: Marrison Alan (05/2008)



FIGURA 13 - Lenha
Fonte: Marrison Alan (05/2008)